



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 30 - Nº 560 - DE 4 A 18 DE MARÇO DE 2018 - R\$ 4,00



## **Não à intervenção do governo federal no Rio de Janeiro** **Combater a militarização da política** **Abaixo a ditadura civil de Temer!**

**Nada de desviar o  
descontentamento  
dos explorados  
para as eleições**

**Manter acesa a  
luta em defesa dos  
empregos, salários  
e direitos**

**Somente a luta anti-imperialista, dirigida pelo proletariado, pode  
enfrentar a ofensiva dos Estados Unidos e das burguesias  
latino-americanas contra o governo nacionalista de Nicolás Maduro.  
Somente o povo venezuelano pode decidir sobre o futuro de seu País.**

## **Combater a ditadura civil com as reivindicações e os métodos de luta da classe operária**

Com o decreto de intervenção militar no Rio de Janeiro e a suspensão da votação da reforma da previdência, demarcou-se uma mudança na situação política. De um lado, a ditadura civil de Temer avança na centralização autoritária; de outro, prepara o caminho para influenciar as eleições presidenciais de outubro. A criação do Ministério Extraordinário da Segurança Pública vem no sentido de ampliar a capacidade de intervenção do Estado na vida social. Agora, ficam mais visíveis as tendências autoritárias da política burguesa, que se manifestaram na forma de golpe de Estado, que destituiu o governo eleito e instituiu um governo usurpador. A militarização da política e o fortalecimento Estado-policial refletem a brutal polarização social entre a minoria burguesa e a ampla maioria oprimida.

As reformas antinacionais e antipopulares, bem como os cortes de verbas públicas para a saúde, educação, moradia, etc., ampliam o fosso entre os exploradores e os explorados. A derrubada do governo do PT comprova que os capitalistas não podem assumir qualquer medida que venha a favor dos pobres e miseráveis, mesmo as de caráter assistencialista, como é o caso do “Bolsa-Família”, “Minha Casa, Minha Vida” e “valorização do salário mínimo”. Ao contrário, o governo e o Congresso Nacional impuseram ditatorialmente a Lei da Terceirização, a reforma trabalhista e a do ensino médio. A implantação de tais reformas, a centralização autoritária e a militarização da política se voltam contra a maioria explorada e, em particular, contra a classe operária.

Os explorados se mostraram dispostos a enfrentar o governo golpista e suas medidas. A greve geral de 28 de abril do ano passado indicou o método de luta capaz de derrotar os ataques dos capitalistas. No entanto, a burocracia sindical desmontou, em seguida, o movimento, transformando-o em manifestações esparsas e distracionistas. A reforma da previdência somente não foi votada devido às divergências internas na base do governo. Temer e sua camarilha governamental decidiram, assim, deixar em suspenso o projeto de reforma da previdência, explorar o problema da segurança pública e se dedicar às eleições.

A suspensão da votação da previdência amorteceu a pressão operária e popular sobre o governo. A burocracia sindical, que em todo o momento se valeu das reivindicações contrárias às reformas para potencializar-se como oposição burguesa petista, perdeu a iniciativa política. Restou-lhe, pelo menos por enquanto, a bandeira de defesa de Lula. A organização de uma campanha de abaixo-assinado pela revogação da reforma trabalhista não contará com a confiança da classe operária e demais explorados, que assistiram as centrais sindicais desativarem o movimento pela greve geral, depois de 28 de abril. Por esse caminho, o PT não recuperará a iniciativa política.

Os reformistas se agacharam diante da intervenção no Rio de Janeiro e da criação do Ministério da Segurança

Pública. Não querem se indispor com a classe média, que aplaudiu a intervenção. Não se dispõem a organizar um movimento pelo fim da intervenção e contra a militarização da política. Dificilmente, o PT, a Frente Brasil Popular, o MST e demais aliados conseguirão fazer da bandeira “Eleição sem Lula é fraude” um meio de mobilização da classe operária e das massas populares. Vão pagar caro por terem desarticulado o movimento nacional depois da greve geral de 28 de abril e subordinarem as reivindicações dos oprimidos à sua estratégia eleitoral.

Tudo indica que a revolta dos explorados será canalizada para a disputa eleitoral interburguesa. Os operários com consciência de classe e a vanguarda combatente terão de nadar contra a corrente. Essa é a principal mudança na situação política, considerando que, desde que Temer passou a ditar as reformas antinacionais e antipopulares, os explorados caminhavam no sentido de um crescente ascenso. A luta de classes estava determinada pelas ações da ditadura civil contra as condições de vida da população. Estavam em alta as bandeiras de: “Abaixo as reformas antinacionais e antipopulares do governo golpista”, “Não à reforma trabalhista”, “Não à Lei da Terceirização” e “Não à reforma da previdência”. Lembremos que a resistência começou com a juventude secundarista, que passou a ocupar escolas contra a reforma do ensino médio.

É preciso também considerar que o governo conta a seu favor com a retomada do crescimento econômico, ainda que indique tão somente a saída da recessão. Os partidos da burguesia têm, assim, uma margem de manobra para garantir o continuísmo. A possibilidade do PT de se erguer como oposição nas eleições presidenciais diminuiu sensivelmente. A cassação dos direitos políticos de Lula pesará decisivamente. O problema está em que a corrida eleitoral poderá abafar, momentaneamente, a revolta dos explorados. É necessário fazer esse prognóstico, objetivando a defesa da independência de classe do proletariado diante de todas as variantes da política burguesa.

Nossa tarefa consiste em mostrar aos explorados e à juventude oprimida que o capitalismo não tem como reverter sua desintegração e sequer amenizar a barbárie. Com suas reivindicações próprias, combater o desemprego, subemprego, pobreza e miséria. A reforma da previdência, mais cedo ou mais tarde, será recolocada. E a reforma trabalhista golpeará mais fundo a força de trabalho. É com o método da ação direta e com a unidade dos explorados que continuaremos a luta contra o governo e o continuísmo burguês. É importante denunciar e rechaçar a intervenção no Rio de Janeiro. Os comitês de luta que começaram a surgir com o movimento contrário às reformas devem ser mantidos ativamente. Não há outra via de trabalhar pela independência de classe do proletariado a não ser construindo o partido da revolução e ditadura proletárias.

# O que Temer pretende com a intervenção

A imprensa monopolista especulou sobre as intenções do governo. Somente não admitiu que foi uma medida típica de uma ditadura, no caso a ditadura civil do governo golpista.

Uma das primeiras críticas foi a de que, com o decreto de intervenção, se adiou indefinidamente a votação do projeto de reforma da previdência. Interpretou-se que foi a forma encontrada por Temer para não sofrer uma derrota no Congresso Nacional. Tudo indica que essa foi a crítica mais dura, partindo de forças econômicas e políticas que participaram do golpe de Estado. A burocracia sindical, por sua vez, saudou a suspensão da decisão como sendo uma vitória do movimento antirreforma. Em seguida, veio o descontentamento das bases parlamentares governistas por não terem seus representantes convidados para discutir a intervenção, recebendo-a como fato consumado. Muito se falou no “erro” de Temer não ter convocado o Conselho da República. Como parte desse reparo, criticou-se a falta de “planejamento”. É como se tivesse decidido açodadamente. Finalmente, sobreveio a denúncia de que Temer fez uma jogada eleitoral. O problema da segurança influenciará o pleito de outubro. Depois de tantas medidas antipopulares, a intervenção cairia nas graças da população amedrontada com a criminalidade.

Temer, exultante, avaliou que foi um lance de genialidade. Convocou a posteriori o Conselho, que contou, inclusive, com a participação da representação petista. Alinhou a sua base governista. A Câmara Federal e o Senado aprovaram o decreto com folga. Assim, passados os primeiros rumores, as mágoas dos politikeiros e a tristeza dos burgueses, que mais trabalharam pela aprovação da reforma da previdência, a intervenção se firmou. O general Walter Souza Braga Netto tomou as rédeas da Segurança e nomeou o general Richard Fernandes Nunes para o cargo de Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro. As Forças Armadas já operam nas favelas. Como se vê, as críticas, os reparos e as cobranças não passaram de uma reação circunstancial no interior da política burguesa, da qual faz parte a oposição encarnada pelo PT.

Agora, a expectativa é a de até onde as Forças Armadas poderão ir com suas ações policiais. A burguesia, como não poderia deixar de ser, está unida em torno do êxito das Forças



*O fundamental está em que a intervenção expressa as tendências autoritárias da burguesia e a necessidade da centralização ditatorial da governabilidade.*

*Temer, desde o início de seu governo, vem reorganizando o aparato da polícia política, do aparato de informação e fortalecendo a presença dos generais na vida política e social do País.*

Armadas. Até dezembro, Temer tudo fará para apresentar seu governo como aquele que agiu em defesa da “ordem pública” e, portanto, da proteção da população contra os bandos de criminosos.

Para a política da classe operária, são secundárias as divergências e as discussões entre as forças burguesas. Erra a esquerda que se apegue aos argumentos dos próprios exploradores. É compreensível que o PT dê maior importância à jogada eleitoral de Temer. E que a burocracia sindical discursasse sobre a vitória dos trabalhadores quanto à reforma da previdência. É fato que a ditadura civil se firmou, ainda que a crise política não tenha sido dissipada, ao ponto de se mostrar

capaz de decretar uma intervenção militar em um dos estados mais importantes da federação. Quanto mais seguro estiver à frente do Estado, mais influenciará nos rumos das eleições presidenciais. Trata-se de uma consequência “natural” da derubada do governo de Dilma Rousseff. A luta dos explorados somente poderá responder às medidas do governo antinacional e antipopular a partir de suas necessidades, reivindicações e programa próprios.

Afirmamos que não houve uma derrota de Temer, por não ter conseguido o número de votos necessários para aprovar o projeto da previdência. Enquanto a burguesia, seus governos e seus partidos mantiverem o objetivo de alterar o sistema previdenciário, os explorados devem permanecer acordados e mobilizados. Não se deve assimilar a crítica burguesa de que não houve planejamento do governo para intervir. O fundamental está em que a intervenção expressa as tendências autoritárias da burguesia e a necessidade da centralização ditatorial da governabilidade. Temer, desde o início de seu governo, vem reorganizando o aparato da polícia política, do aparato de informação e fortalecendo a presença dos generais na vida política e social do País.

É com essas tendências e medidas ditatoriais que a classe operária se depara e deparará. As bandeiras de “Fim imediato da intervenção” e constituição de “Comitês populares de autodefesa” devem ser propagandeadas e agitadas no seio das massas. Isso como parte da luta contra as reformas antinacionais e antipopulares do governo; e da luta pelos empregos e salários.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.  
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)**



# Um passo na centralização autoritária

A decisão é inédita desde a redemocratização burguesa. Eis por que a burguesia tem feito de tudo para ocultar o real conteúdo e o alcance dessa medida. A imprensa monopolista alerta quixotescamente sobre os perigos de sistematizar o uso das Forças Armadas no policiamento e repressão interna. A firme decisão do governo golpista de manter e estender a intervenção até 31 de dezembro de 2018 demonstra que a situação política está marcada pela militarização da política burguesa e das relações sociais em um patamar não visto desde a ditadura militar.

Não por acaso, o general Walter Braga Netto assumirá o comando direto da polícia civil e militar do Rio de Janeiro. O que colocará ao exército não apenas como meio e instrumento direto da repressão à criminalidade, em particular o narcotráfico (argumento fartamente estendido nas coletivas de imprensa), mas fundamentalmente como força operacional que chefeará o conjunto das tarefas repressivas, de inteligência e controle sobre a população.

Isso explica por que vieram à tona divergências internas no comando das Forças Armadas e entre as forças e partidos que constituem a base política do governo golpista. De um lado, o comandante-geral do Exército, o general Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, criticou o uso constante da tropa nos Estados, enquanto que o general Sergio Etchegoyen, chefe do Gabinete de Segurança Institucional, e um dos principais assessores do presidente na área de segurança pública, um defensor das ações de GLO, afirmou: “Somos treinados em cima de princípios,

instância, pelo curso da crise econômica e política, fundamentalmente pelo curso da luta de classes.

O essencial do acima colocado está em que a intervenção, ao pisotear a autonomia estadual, demonstra a preponderância das tendências de avançar a centralização autoritária e as medidas ditatoriais nas relações políticas no seio do Estado, das instituições e entre as classes sociais. De fato, nunca foram superadas as condições materiais do autoritarismo, que cedeu lugar à democratização consentida pelos generais.

Conjunturalmente, foi conveniente à democratização o afastamento das Forças Armadas e do aparato repressão política, uma vez que a ditadura militar havia se esgotado e vinham à tona os seus crimes. O agravamento da crise no último período, porém, ensejou que os militares deixassem os bastidores da política burguesa. A intervenção federal no estado do Rio de Janeiro, que colocou por cima do governador eleito o general Walter Braga Netto, é uma de suas manifestações. De forma que, ainda que a intervenção seja o resultado da “falência da segurança pública” desse estado, o fundamental está em que demonstra que a burguesia é incapaz de conter o avanço da pobreza e da miséria da população e passa a desenvolver e aplicar medidas autoritárias e ditatoriais.

Essa tendência ganhou expressão com o golpe do impeachment e constituição da ditadura civil de Temer. Nota-se que a intervenção não foi recebida com aplauso geral dos porta-vozes da burguesia e mesmo dos partidos da base aliada. As reclamações e reparos, no entanto, se circunscreveram, em grande parte, à falta de planejamento, de consulta aos aliados políticos e, sobretudo, por ter inviabilizado o prosseguimento do trâmite do projeto de reforma da Previdência no Congresso Nacional. Evidentemente, não faltaram vozes alertando o perigo da desfiguração do federalismo, que pressupõe autonomia administrativa nos estados.

**(...) a intervenção, ao pisotear a autonomia estadual, demonstra a preponderância das tendências de avançar a centralização autoritária e as medidas ditatoriais nas relações políticas no seio do Estado, das instituições e entre as classes sociais. De fato, nunca foram superadas as condições materiais do autoritarismo, que cedeu lugar à democratização consentida pelos generais.**

de conceitos, com alguns fundamentos, com muita flexibilidade para dar agilidade mental para poder resolver o problema. Então, se der para o militar um problema de segurança pública, ele vai se adaptar e vai fazer”. O jornalista do El País lembra que, em 2014, “Etchegoyen foi o único militar da ativa a criticar a Comissão Nacional da Verdade, que investigou os crimes da ditadura militar e apontou um parente dele como ligado à tortura. Para ele, o relatório da comissão foi leviano.

Por outro lado, Pezão rejeitou, inicialmente, a medida intervencionista, mas foi forçado a recuar sob pressão internas de seus secretários, que lhe lembraram a desagregação econômica do estado, cada vez mais dependente do governo central.

Embora episódicas e rapidamente abafadas, essas divergências indicam que há um debate no interior das frações burguesas sobre até que ponto e em que medida a militarização da vida política e social deve ser impulsionada em ampla escala. O que não significa desconhecer que todos os governos burgueses recorrem tanto a concessão quanto à repressão. Entretanto, a predominância de um método sobre o outro é ditada, em última

O certo é que a intervenção federal assinala uma significativa mudança no seio da política burguesa. É parte desse processo a criação do Ministério de Segurança Pública, que objetiva centralizar as funções repressivas e de inteligência, a reestruturação do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). A concretização da “Estratégia Nacional de Inteligência (ENINT)” resulta na criação da estrutura nacional necessária à centralização ditatorial e de militarização das relações sociais.

O reatamento formal da democracia, em outubro de 2018, está desde já condicionado pelos objetivos de continuidade das reformas reacionárias e da centralização autoritária do Estado. O intervencionismo da ditadura civil de Temer conduz ao aprimoramento dos órgãos repressivos e das medidas burocrático-policiais. A condenação de Lula, sem dúvida, é parte desse processo. Expõe o método jurídico-policia de seleção e perseguição política. De forma que uma das maiores forças eleitorais do País, o PT, concorrerá descabeçada. É o que tudo indica.

Na base desse fenômeno se acha a brutal recessão econômica

pela qual passou o Brasil, os poderosos obstáculos que se levantam contra o desenvolvimento das forças produtivas, a necessidade do grande capital de destruir antigos direitos trabalhistas, de impor medidas de desnacionalização e de entrega de patrimônio e riqueza ao imperialismo. A falência dos estados da federação, a exemplo de Rio de Janeiro, resulta da desintegração geral do capitalismo.

Os ataques dos governos odiados pelas massas têm avolumado a raiva e o descontentamento operário e popular. Não por acaso, o Rio foi o cenário em 2017 de massivas lutas. Nessa conturbada situação, estouraram as greves de policiais e de bombeiros. O plano antinacional e antipopular do governo golpista resultará

em maiores e mais violentos ataques contra a vida das massas.

O estado do Rio de Janeiro concentra as principais contradições do capitalismo decadente. É previsível que, nele, se ampliarão as lutas operárias e populares. E, nele, recrudescerá ainda mais a violência reacionária do Estado burguês. É o que indica o intervencionismo militar. É preciso rechaçar a propaganda de que o governo golpista está preocupado com a segurança da população. A única segurança com que se ocupa é a da burguesia, dos ricos e dos poderosos. Lutemos contra a militarização da política. Lutemos contra a intervenção. Enfrentemos com nosso programa de reivindicações as tendências autoritárias que ganham terreno na política burguesa.

## Cerceamento de garantias democráticas

Com a intervenção militar federal no RJ, já podemos observar arbitrariedades que nada mais são do que elementos que apontam para o recrudescimento das tendências ditatoriais. No cotidiano dos bairros pobres, até mesmo crianças estão sendo revistas. Cogita-se, pelo governo Temer, a utilização de mandatos de apreensão coletivos, que dariam respaldo para que o Exército e a Polícia invadissem qualquer casa em determinada rua ou bairro. Somam-se a isso os fichamentos que já estão sendo realizados pelo exército nos bairros pobres. Nenhum morador poderá sair sem passar pelo procedimento. O exército tem usado como justificativa arbitrária a necessidade de checar cada morador para ver se responde ou não a processo criminal.

Com isso, a burguesia nega as próprias garantias políticas, que tanto faz questão, inclusive, de adornar em sua Constituição. Assim diz a Constituição, em seu artigo 5º, inciso XI: “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”. O dispositivo contém em si a ressalva da determinação judicial. Com uma simples decisão de um juiz para um mandato coletivo, o Exército poderia passar por cima de um direito considerado hipocritamente pela burguesia como “fundamental”.

Na prática, o direito de não ter sua casa invadida arbitrariamente só existe para a burguesia, que goza de morar em bairros nobres, em prédios altos ou mansões com segurança privada, longe da barbárie social causada por ela mesma. O proletariado e demais explorados, que vivem nos bairros pobres, dominados pela criminalidade, têm suas residências violadas, seja pela polícia militar, pelo narcotráfico ou demais manifestações da barbárie capitalista. A realização dos mandatos de apreensão coletivos só iria dar respaldo legal aos militares para algo que acontece rotineiramente, mas de forma ilegal e acobertada.

O direito à livre locomoção, tão enunciado pelos porta-vozes burgueses, é negado também cotidianamente aos explorados, que sofrem com o transporte público sucateado e que muitas vezes não pode pagar (desempregados, por exemplo), e vivem todo o tempo sob repressão do Estado burguês, como agora com o impedimento de sair do bairro,

caso não se submeta ao fichamento do Exército. Para a burguesia, o “direito de ir e vir” dos explorados só é importante na medida em que têm de se locomover ao trabalho para servir de força de trabalho explorada e nada mais.

Sobre os fichamentos, fala o artigo 5º, inciso LVIII, da CF 88: “o civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei”. Também contém, em si mesmo, a sua negação, a das tais “hipóteses previstas em lei”. E essas hipóteses são, em resumo, a dificuldade em fazer leitura dos documentos de identidade apresentados ou caso o indivíduo esteja sob suspeita criminal. Como, para o Exército no RJ, todos são tratados como suspeitos *a priori*, dessa forma todos são submetidos à averiguação criminal por meio dos fichamentos, pelo simples motivo de fazerem parte da massa explorada que mora no bairro (operários, lumpens e classe média arruinada). Não poderia haver maior arbitrariedade e prepotência!

As garantias democráticas foram levantadas historicamente pela burguesia, na época em que era revolucionária, contra as arbitrariedades do absolutismo monárquico. São outros exemplos o direito à presunção de inocência, o *habeas corpus*, a liberdade de expressão, etc. Porém, de forma frequente, a burguesia limita ou nega essas garantias em prol da manutenção dos seus interesses de classe dominante, como vemos agora acontecer no RJ. Não tardará para que, diante das lutas dos explorados, os direitos de greve, reunião e manifestação sejam ainda mais cerceados. Utilizando as palavras do próprio general interventor Braga Neto: “O Rio de Janeiro, ele é um laboratório para o Brasil”. Um “laboratório” utilizado pela ditadura civil de Temer, à mercê das condições de vida dos explorados, para realizar experiências que poderão servir, inclusive, para os outros estados, de modo a fortalecer sua ditadura.

É necessário que a classe operária e demais oprimidos se coloquem contra a intervenção militar e em defesa das garantias democráticas. A defesa dessas garantias não pode ser colocada de forma abstrata e absoluta, mas sempre no sentido de denunciar as arbitrariedades antidemocráticas do Estado burguês contra a classe operária e demais explorados, de forma a potenciar a luta do proletariado pela sua estratégia de revolução e ditadura proletárias.

## **Declaração do Partido Operário Revolucionário**

# **Rechaçar a intervenção militar no estado do Rio de Janeiro**

16 de fevereiro de 2018



Temer apresentou o decreto de intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro como uma medida de proteção à população. Na realidade, é mais um passo na militarização da política. A partir desse momento, o governador Luiz Fernando Pezão se subordina ao general Walter Braga Netto, que, por sua vez, acata ordens de Temer. A intervenção das Forças Armadas é o reconhecimento da falência da segurança pública do Rio de Janeiro, diante do narcotráfico e de toda sorte de criminalidade. Esse é o aspecto exterior da anarquia social crescente. O fundamental está na incapacidade da burguesia de conter o avanço, em grande escala, da pobreza, fome e miséria, que atingem amplas camadas da população.

Não se trata, evidentemente, de um caso isolado nesse importante estado do Sudeste. A sua particularidade está em que se abate sobre uma região que se distingue pelo avançado desenvolvimento econômico em relação aos estados mais atrasados do Norte e Nordeste. Nele, manifesta-se, com toda evidência, a polarização entre a riqueza altamente concentrada nas mãos da minoria e a vasta pobreza das massas. O Rio de Janeiro se destaca por ser um grande produtor de petróleo. Em grande medida, o orçamento do estado depende dessa fonte. Com a recessão e a queda do preço do petróleo, emergiram as profundas contradições econômicas, sociais e políticas, cujas particularidades não se devem desvincular do restante do País. Tudo indica que a miséria das massas se entrelaça de tal maneira com a riqueza ultraconcentrada, que condiciona a superestrutura política do estado em uma escala mais avançada em relação aos demais estados da federação. Aí a criminalidade foi superlativa, expressando as profundas raízes históricas. O narcotráfico se tornou uma poderosa força econômica. Reflete o capitalismo em decomposição e a consequente barbárie social. Arrasta milhares e milhares de jovens desempregados, na sua maioria de negros, cuja discriminação advém da escravidão, sobejamente reconhecida.

A política burguesa no Rio de Janeiro, bem como todo o aparato estatal, se fundiu com o crime de tal forma que comparece, no momento, em profunda decomposição. É sintomático o fato do ex-governador Sérgio Cabral ter dirigido o estado sendo um contumaz delinquente. As negociatas montadas desde o governo

***A necessidade de recorrer constantemente às Forças Armadas indica a incapacidade crescente da burguesia de estancar o avanço da barbárie social, por meio de métodos e medidas econômicas.***

e a Assembleia Legislativa se distinguem da bandidagem comum apenas por expressar a forma de existência da política burguesa, nas condições de apodrecimento do capitalismo. A contaminação do aparato policial e judicial pela prática criminosa, portanto, é apenas parte de um problema maior.

O ex-secretário de segurança, José Mariano Beltrame, no governo de Sérgio Cabral, idealizou as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), como meio de quebrar o que foi denominado “estados paralelos”, controlados por facções criminosas. Criou-se a ilusão de que era possível aproximar o aparato policial da população sofrida e, assim, expulsar o narcotráfico dos morros. Em pouco tempo, as UPPs se aclimataram à mercantilização criminosa. De supostamente pacificadoras, se transformaram em locais de torturas e assassinatos. O desaparecimento do pedreiro Amarildo de Souza, na favela da Rocinha, pôs às claras o fracasso das diretrizes de segurança pública do bandido Cabral. É importante assinalar que a intervenção das Forças Armadas veio em apoio à implantação das UPPs. Tornou-se, portanto, prática comum a utilização da “Garantida da Lei e da Ordem (GLO)”. O método de combinar as forças policiais com as forças militares foi usado por vários governos federais, incluindo os do PT. Em distintas situações, as Forças Armadas serviram de instrumento policial, a exemplo dos casos em que a própria polícia se encontrava em greve (Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, etc.).

A necessidade de recorrer constantemente às Forças Armadas indica a incapacidade crescente da burguesia de estancar o avanço da barbárie social, por meio de métodos e medidas econômicas. Nesse sentido, não há nada de extraordinário no fato do governo Temer se valer da GLO. O que distingue, porém, o uso do decreto presidencial de intervenção é que afasta o governador de suas atribuições. O general Braga Netto terá total poderes para agir sobre a Secretaria de Segurança, o aparato policial e a inteligência. Embora se afirme que o governador Pezão mantém suas atribuições em outras áreas, na realidade, passa a ser tão somente um subordinado do general. Pela primeira vez, desde que se promulgou a Constituição de 1988, não se tinha esse tipo de ingerência do governo federal sobre um governo estadual. Não se pode desconhecer que o inter-



vencionismo do poder federal sobre os estados foi e continua sendo próprio da centralização autoritária e da democracia oligárquica.

Temer estabeleceu o mês de dezembro para a data limite da vigência da intervenção. Apesar de se caracterizar como uma medida transitória, marca profundamente a situação política depois do golpe de Estado que derrubou o governo constitucional de Dilma Rousseff. A coletiva de imprensa, dada pelo ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Sérgio Etchegoyen, ministro da Defesa, Raul Jungmann, e o interventor general Braga Netto, externou as tendências militarizantes da ditadura civil de Temer. É bem possível que venha a se concretizar a criação de um ministério da Segurança Pública, anunciada por Temer. A reestruturação e fortalecimento do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), sob a direção do general Etchegoyen, certamente, estiveram previstos pelas forças políticas que derrubaram o governo petista. É sintomático que Temer tenha editado um decreto que estabeleceu uma “Estratégia Nacional de Inteligência (ENINT)”. A intervenção no Rio de Janeiro e a subordinação da Secretaria de Segurança do Estado são parte dessa política. De passagem, temos de referir também à Medida Provisória de controle da imigração de venezuelanos a Roraima. Esse gesto atende, visivelmente, às exigências dos Estados Unidos, que conspiram para derrubar o governo de Nicolás Maduro.

Está claro que o golpe institucional não apenas impôs um governo voltado a implantar as reformas antinacionais e antipopu-

lares, mas também a reestruturar o aparato militar do Estado. A reconstituição do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e sua entrega ao general Etchegoyen tiveram por objetivo recompor, de maneira mais aperfeiçoada, o antigo Sistema Nacional de Inteligência (SNI), criado pela ditadura militar de 1964.

Sob a máscara de defesa da população do Rio de Janeiro, o decreto de intervenção de Temer segue o curso da militarização da política. Esse é um dos motivos pelos qual os explorados devem rechaçar a intervenção. Um outro motivo diz respeito à farsa de que as Forças Armadas podem vencer o narcotráfico e toda sorte de criminalidade. Não será com o recrudescimento da violência do Estado burguês que se erradicará a fonte primária que gera a barbárie social. O certo é que a intervenção das Forças Armadas na guerra entre as facções criminosas e a polícia tão somente servirá para se desfechar uma repressão mais ampla aos movimentos sociais. A população pobre continuará sendo vítima da desintegração do capitalismo e da incapacidade da burguesia de estancá-la.

É preciso, sem vacilação, levantar a bandeira “Fora a intervenção militar no Rio de Janeiro!” Nossa luta é por acabar com o desemprego, subemprego, salários miseráveis, pobreza e fome. Estamos diante da tarefa de derrotar a reforma da previdência e de combater pela revogação da Lei da Terceirização e da reforma trabalhista. Organizemos os comitês de luta por um programa de defesa operária da vida das massas. É a partir de milhares de comitês que a própria população organizará a sua autodefesa contra toda sorte de violência reacionária.

## **Carta aberta aos operários e demais explorados**

### **Ditadura civil militariza a política**

# **Fora a intervenção federal no Rio de Janeiro**

26 de fevereiro de 2018

A decisão de Temer de subordinar diretamente a Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro às Forças Armadas é parte do golpe de Estado que derrubou o governo de Dilma Rousseff. De fato, o governador Luiz Fernando Pezão foi afastado de suas funções.

A justificativa de que se trata apenas de uma intervenção no setor de segurança pública e que, por isso, não foi afetada a governabilidade, serve para acobertar que a intervenção se sobrepôs a um governo eleito. Não se retira de um governador o comando da segurança pública sem liquidar sua autoridade geral sobre o estado. A declaração de Temer de que rejeitou a proposta de afastar o governador e que tomou a decisão parcial de apenas interferir na segurança não modifica o sentido geral da subordinação do estado do Rio de Janeiro às Forças Armadas. A posição miserável de Pezão, das demais autoridades e dos partidos que comandam o Rio de Janeiro evidenciou a profunda degeneração da política burguesa.

A aprovação do decreto ditatorial na Câmara dos Deputados por 340 votos revelou que as críticas a Temer, por não ter convocado o Conselho da República e não consultado as lideranças políticas de sua base aliada, não passaram de hipocrisia. A imprensa monopolista, que se surpreendeu com a suspensão do trâmite congressual da reforma da previdência e que questionou Temer por isso, se curvou diante da intervenção. Foi no mínimo estranho a participação do líder do PT no Senado, José Guimarães, na reunião do Conselho que referendou a intervenção. O verdadeiro rechaço à medida é por seu conteúdo ditatorial. Os demais argu-

mentos questionadores têm servido para ocultar essa essência do decreto intervencionista.

A utilização das Forças Armadas com a função de polícia tem sido frequente, segundo o critério da Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Não por acaso é que foi sob um governo nascido de um golpe institucional que se decretou a intervenção militar em um estado da federação pela primeira vez desde a Constituição de 1988. As consequências desse fato são mais amplas e profundas.

Não é certo o argumento de que a intervenção no Rio de Janeiro foi improvisada. Ao contrário, respondeu a um plano que esteve na base do golpe de Estado. O plano consiste em trazer as Forças Armadas para o centro da política burguesa. O general Sérgio Etchegoyen foi posto no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI) com o objetivo de implantar a nova “Estratégia Nacional de Inteligência (ENINT)”. A reconstituição do GSI, que havia sido extinto por Dilma Rousseff, foi uma das primeiras medidas de organização do governo Temer. Nos bastidores, se movimentaram as forças vinculadas ao aparato de segurança, no passado criado pela ditadura militar sob o nome de Serviço Nacional de Informações (SNI) e os próprios generais.

Agora, Temer dá mais um passo na militarização da política, criando o Ministério da Segurança Pública. O ministro da Defesa Raul Jungmann vai ocupar a nova pasta e no seu lugar tomará posse o general Joaquim Silva e Luna. Pela primeira vez também, desde a criação do ministério da Defesa em 1999, que será chefiado

do por um militar. Está claro que a intervenção no Rio de Janeiro serviu politicamente a esse propósito. Em nome do combate ao narcotráfico e à criminalidade, Temer fortalece a presença dos generais no centro do governo civil e militariza a política.

O golpe de Estado, promovido pelo impeachment, correspondeu à necessidade de retomada da centralização autoritária do Estado em um patamar mais elevado. E a reestruturação do aparato político-repressivo, conduzido pelo general Etchegoyen, a materializa. Como se vê, a intervenção no Rio de Janeiro é apenas uma consequência do processo de centralização e militarização da política burguesa.

Os críticos de direita exigiram que houvesse uma “intervenção federal por inteiro”. Temer teria de destituir o governador Pezão e estabelecer um governo militar interventor. Vozes como essas reforçam a bandeira levantada por alguns militares de que somente as Forças Armadas podem responder à profunda crise política e moral do País. Está aí bem expressa pela ala mais radical da direita.

Nota-se que no seio da política burguesa se desenvolvem as tendências centralizadoras de direita liberal e fascizante. O seu desenvolvimento depende, certamente, das condições da crise econômico-social e, portanto, fundamentalmente, da luta de classes. A constituição do novo governo burguês pelas eleições de outubro pesará enormemente na balança dessa tendência. O capital financeiro espera que se dê continuidade à linha traçada pelo governo golpista. O imperialismo, chefiado pelos Estados Unidos, está por trás dos passos dados pelo general Etchegoyen e da intervenção no Rio de Janeiro. É bom lembrar que o Plano Colômbia foi concebido para a América Latina, e não apenas para esse país, conflagrado pela guerrilha que se decompôs e pelo narcotráfico que continua intacto.

A impossibilidade da burguesia de enfrentar a crise econômica por meio da democracia a empurra em direção ao regime ditatorial ou semi-ditatorial. É o que se passa em toda a América Latina. Os governos nacional-reformistas se esgotaram diante da retração, quebra econômica e gigantescos endividamentos. Não foram capazes de reagir às tendências direitistas e golpistas. O imperialismo e a fração pró-imperialista das burguesias nacionais tomaram a iniciativa política, impondo governos que implantam as reformas antinacionais e antipopulares, bem como reforçam a militarização da política. O Brasil, evidentemente, por sua importância no hemisfério, tomou a frente desse processo, derrubando um governo constitucional e instalando uma ditadura civil.

A vanguarda revolucionária não pode minimizar esse fenômeno, nem seguir a banalização dada pelo reformismo, que procura desviar, claramente em vão, o curso ditatorial pela via da conciliação de classes e da própria democracia oligárquica. Essas forças, que se assentam em uma camada da classe média e da classe operária, e se negaram e negam a caracterizar claramente esse governo de ditadura civil, apegando-se à denúncia de governo “ilegítimo”. É assombroso quando nos deparamos com uma corrente de esquerda que sequer reconheceu a existência de um golpe de Estado e que se enfileira por trás da noção de governo “ilegítimo”. A cegueira dessa política oposicionista não alcança ver as mudanças que Temer vem fazendo no regime político, colocando generais em postos de comando político. Isso explica a quase ausência de uma luta de resistência à intervenção no estado Rio de Janeiro e à militarização da política.

Somente a classe operária poderia e poderá enfrentar a nova situação criada pelo golpe de Estado, combatendo as reformas antinacionais e antipopulares e impulsionando sua organização in-

## ***Intervenção Federal no Rio de Janeiro***

dependente. No entanto, a burocracia sindical, o PT e a Frente Brasil Popular brecaram a ascensão da classe operária, desmontando o movimento que começava a se erguer com a greve geral de 28 de abril. O divisionismo burocrático das centrais e a manutenção da política de colaboração de classes quebraram o impulso da luta de classes e permitiram, assim, que a ditadura civil de Temer se afirmasse. O aparato judicial e policial da burguesia, inclusive, se viu com as mãos livres para golpear o PT e condenar Lula.

O golpe de Estado, a imposição da Lei do Teto, da Lei da Terceirização, da reforma trabalhista e a postergada reforma da previdência, a reorganização do sistema de informação, a condenação de Lula, a intervenção no Rio de Janeiro, a criação do Ministério da Segurança Pública e a entrega do ministério da Defesa a um general constituem as faces da ditadura civil.

A burocracia sindical suspirou aliviada diante da suspensão da votação da reforma da previdência. A manobra de Temer teve como um de seus efeitos jogar toda a atenção para o período eleitoral que se abre e para a falsa solução da questão da criminalidade. A esquerda reformista e eleitoralista não compreende que esse é o caminho para o continuísmo e para potencializar ainda mais a direita burguesa. Qualquer que seja o governo eleito, obrigatoriamente, terá de avançar com as reformas pró-imperialistas e se assentar no poder militar estabelecido pelo plano Etchegoyen.

É necessário ter claro esse curso da política burguesa, para enfrentá-lo com as reivindicações, a estratégia, os métodos e a tática próprios do proletariado. As ilusões democráticas sempre são daninhas, mas se tornam mais perigosas em situações em que a burguesia arrasta o País para posições ditatoriais. É mais do que certo que a vanguarda revolucionária terá, no próximo período, de caminhar no sentido contrário ao do eleitoralismo. Desde que o governo golpista passou a atacar os explorados, a luta de classes ocupou o primeiro plano, com greves e manifestações contrárias às reformas. Somente não se potenciou e não avançou no terreno da independência política dos explorados devido ao controle das direções burocráticas e reformistas, portanto, diante da crise de direção revolucionária. O governo Temer, assim, pôde se equilibrar nestas condições politicamente desfavoráveis, ultrapassar os momentos de impasse da governabilidade e, finalmente, tomar a ofensiva com a intervenção no Rio de Janeiro. Os meses seguintes dirão se essa ofensiva tem sustentação ou não. Uma das condições é a de impulsionar o intervencionismo e dar aos militares o poder que estes exigem. O arrefecimento da crise econômica, ainda que possa ser circunstancial, favorece a ditadura civil.

De um lado, é preciso combater a canalização eleitoral do descontentamento das massas; de outro, continuar a luta contra as reformas antinacionais e antipopulares, agregando as bandeiras democráticas de “abaixo a intervenção no Rio de Janeiro”, direito da população organizar-se para a autodefesa. Está colocada a tarefa de explicar amplamente para a classe operária e demais explorados a relação entre o golpe de Estado, as reformas reacionárias e a militarização da política. Por meio dessa luta contra a burguesia e a ditadura civil de Temer, é imprescindível desenvolver a estratégia de poder próprio da classe operária. O Partido Operário Revolucionário chama os explorados a empunhar suas reivindicações no campo da luta de classes e a se unirem em torno da bandeira de um governo operário e camponês, a ser constituído pela revolução proletária.

***Abaixo a intervenção no Rio de Janeiro!  
Abaixo a ditadura civil de Temer!***



## Todo apoio à greve dos vigilantes do RN

Desde o dia 26/02, os vigilantes do RN, por meio de seu sindicato, o SINDSEGUR, entraram em greve por aumento salarial real e contra a retirada de direitos assegurados na Convenção Coletiva de Trabalho. Inicialmente, os vigilantes já paralisaram o atendimento dos bancos com piquetes, mas ameaçam expandir para os demais lugares, caso suas reivindicações não sejam atendidas.

A greve é, em grande medida, em resposta à pretensão dos empresários de implementar a jornada de trabalho intermitente, a qual, na prática, diminuirá os salários dos vigilantes, pois, passarão a receber menos por hora trabalhada, e não se-

rão pagas as horas extras. Trata-se da execução nua e crua da Reforma Trabalhista.

A greve dos vigilantes se coloca em defesa da vida de suas famílias e das suas condições de trabalho, e se põe a combater a draconiana Reforma Trabalhista. A Corrente Proletária na Educação apóia a greve dos vigilantes e exige que os patrões atendam imediatamente às suas reivindicações.

*Todo apoio e solidariedade à greve dos vigilantes! Contra a implantação do trabalho intermitente! Pela revogação da Reforma Trabalhista! Em defesa dos salários, empregos e direitos!*

### Imposto sindical

## Qual o caminho que os sindicatos devem tomar?

As centrais e os sindicatos decidiram contornar a alteração promovida pela reforma trabalhista no que diz respeito ao imposto sindical. Decidiram realizar assembleias para aprovar o desconto anual nos salários de todos os trabalhadores. Assim, fica mantido o imposto sindical. Na reforma trabalhista, o governo e o Congresso Nacional encontraram uma forma de inviabilizar esse desconto compulsório tornando-o voluntário. Em outras palavras, individualmente, cada assalariado decide se quer ou não continuar contribuindo com o imposto sindical. Como se vê, foi uma manobra bem pensada, uma vez que os sindicatos não encontrariam uma só alma viva disposta a sustentar a velha fonte de financiamento sindical. Temer e sua camarilha governamental fincaram o pé na liquidação do imposto sindical, sabendo que os trabalhadores o têm como um sacrifício em vão.

A reforma trabalhista atingiu profundamente as relações de trabalho em favor do patronato. A manobra que extingue o imposto sindical foi a única medida que encontrou apoio nas massas assalariadas. A Força Sindical tentou um acordo com Temer para que retirasse da Lei 13.467/17 a mudança na contribuição sindical. O máximo que obteve foi a promessa de que o governo faria posteriormente uma Medida Provisória.

O Partido Solidariedade, ligado à Força Sindical, ajudou os golpistas a aprovar a reforma trabalhista e Temer não cumpriu sua promessa verbal. A CUT (PT) e CTB (PCdoB) ficaram na retaguarda dessa movimentação pró-reforma da Força Sindical. De conjunto, a burocracia desativou o ascenso iniciado em março e que culminou com a greve geral de 28 de abril do ano passado. O Congresso Nacional, tranquilamente, deu a vitória final aos capitalistas. Agora, a burocracia, independentemente dos matizes à direita ou à esquerda, corre desesperadamente atrás do prejuízo, arregimentando assembleias para aprovar a continuidade do descontento em folha de pagamento. Os burocratas, incapazes de organizar a luta da classe operária contra a intervenção do Estado na vida dos sindicatos, recorrem a um meio para burlar a nova Lei. Imediatamente, os porta-vozes da burguesia e defensores do fim do imposto sindical chamaram a atenção da Justiça de que os sindicatos estão desrespeitando a nova legislação.

O imposto sindical representa a maior parcela do orçamen-

to dos sindicatos e das centrais. Segundo os dirigentes, as organizações sindicais não têm como sobreviver sem essa fonte de receita, que alcançou a marca de R\$ 3,5 bilhões, em 2016. Significa reconhecer que as contribuições voluntárias, que correspondem à sindicalização, são pequenas. De fato, o índice de trabalhadores sindicalizados no Brasil não chega a 20%. Ocorre que o sindicalismo assistencial se agigantou. Os principais sindicatos se tornaram uma empresa de serviços (assistência médica, odontológica, colônias de férias, cursos de capacitação, etc.). Ergueram magníficas sedes e com elas se estendeu a burocracia gerencial. A “concepção” do sindicalismo de negociação e do sindicalismo de resultados se baseia numa casta de dirigentes sindicais, que se profissionalizou e fez do sindicalismo um meio de vida. Diante dos operários e demais assalariados, se esvaziou o conteúdo histórico do sindicato como instrumento de defesa da força de trabalho contra os exploradores capitalistas; e se desnaturalizou o seu caráter de luta de classes.

O imposto sindical, instituído em 1940, teve por objetivo comprometer os dirigentes com a política burguesa e estatizar as organizações sindicais. Serviu e serve, portanto, à política de conciliação de classes. Eis por que os sindicalistas revolucionários sempre criticaram e rechaçaram essa fonte de arrecadação compulsória. Os sindicatos foram criados pela classe operária em luta contra as demissões, desemprego, baixos salários, jornadas estafantes, prepotência patronal, etc. A burguesia fez de tudo para impedir o nascimento dessas organizações de massa e expressão da democracia operária. Não podendo cumprir esse objetivo, passou a disciplinar os sindicatos por meio de lei. O mais importante, porém, foi a constituição da burocracia sindical. Para isso, no Brasil, se instituiu o imposto sindical. A movimentação de R\$ 3,5 bilhões nos dá a dimensão do quanto se desfigurou a função originária dos sindicatos, transformando-os em órgãos de assistência e de conciliação com a classe capitalista e seus governos.

A pergunta que se faz é: então por que o governo Temer decidiu acabar com o imposto sindical? Ocorre que, na situação de profunda decadência do capitalismo e da necessidade de impor violentas medidas à classe operária, a burocracia sindical comparece como uma força que pressupõe as nego-

ciações, quando já não são mais convenientes e necessárias. A fração mais reacionária da burguesia as vê como um empecilho. É evidente o vínculo entre a criação do PT e da CUT. O aparato sindical, com muito recurso, tem como influenciar, inclusive, na política eleitoral e parlamentar. Não por acaso, a Força Sindical se vê na contingência de criar o Partido Solidariedade. O PCdoB rompeu com a CUT e formou a CTB. Mesmo a esquerda, que não faz parte da institucionalidade burguesa, como é o caso do PSTU, montou seu aparato sindical, a CSP-Conlutas. O PSOL tem um pé a Intersindical e outro na Conlutas. Estabeleceu-se uma dependência entre a política sindical e a política eleitoral.

A burguesia não pretende acabar com esse poder da casta burocrática, mas limitá-lo ao máximo. Não temos dúvida de que alguma válvula de escape será aberta para se aplicar a reforma trabalhista, sem desguarnecer completamente a burocracia pró-capitalista, conciliadora e venal.

Os sindicalistas classistas e a vanguarda revolucionária não têm por que defender o imposto sindical. E também não podem, de forma alguma, apoiar a medida governamental que extingue o imposto sindical. Esse campo de conflito entre governo e burocracia sindical é tipicamente interburguês, por isso, comparece como uma faca de dois gumes. É preciso, de um lado, organizar a luta pela revogação da reforma trabalhista

como um todo. E, de outro, exigir que se convoquem verdadeiras assembleias democráticas nos sindicatos, nas quais os sindicalistas classistas e a vanguarda revolucionária possam defender posições contrárias ao imposto sindical.

A classe operária, por meio de seu destacamento mais avançado politicamente, sem dúvida, se colocará pelo sindicato baseado na filiação espontânea e consciente dos trabalhadores. Os explorados precisam de sindicatos de luta, cujas direções empunham o programa operário e suas reivindicações próprias; que se guiem pelo método da ação direta e estejam subordinados à democracia operária.

O sindicalismo burocrático, assistencialista, de negociatas e de resultados deve ser varrido. Os explorados não estão à procura de assistência e de colônias de férias, mas sim dos empregos, salários e conquistas trabalhistas e previdenciárias. Para isso, necessitam de sindicatos de luta, que os unam em uma só força contra a exploração do trabalho, a pobreza e a fome. Os sindicatos de luta são independentes política e organizativamente da burguesia e do Estado. A independência não pode existir se o sindicato estiver sob o controle de uma burocracia parasitária, que tem no imposto sindical um esteio para a sua existência. A tarefa de tornar os sindicatos independentes implica varrer essa casta e substituí-la por direções classistas, revolucionárias.

## METALÚRGICOS DE SÃO PAULO APROVAM COBRANÇA DO IMPOSTO SINDICAL

Em assembleia, realizada em 23 de fevereiro, a direção do Sindicato Metalúrgico de São Paulo aprovou a cobrança do imposto sindical, que corresponde ao desconto de um dia de trabalho por ano, de cada trabalhador.

A reforma trabalhista, que entrou em vigor em novembro de 2017, acabou com a obrigatoriedade do pagamento da contribuição sindical para todos os empregados. O valor, segundo a nova lei, agora só poderá ser descontado com a autorização individual dos trabalhadores. Por isso, os metalúrgicos de São Paulo e outros sindicatos realizaram assembleias para aprovar a cobrança do imposto.

Medeiros foi o primeiro a defender, na assembleia, a cobrança. Fez críticas às reformas da previdência e trabalhista e denunciou que o governo Temer quer enfraquecer os sindicatos, retirando o imposto sindical. Concluiu dizendo que era impossível manter a estrutura do sindicato (departamento jurídico, planos médicos, colônia de férias, etc.) sem o dinheiro do imposto. Não há dúvida que o governo e os patrões farão de tudo para enfraquecer os sindicatos e a luta dos trabalhadores. Medeiros, no entanto, se esquece de que ele e a Força Sindical apoiaram o golpe e nada fizeram para impedir a lei da terceirização e a reforma trabalhista, aprovadas pelo governo Temer e seu Congresso de ladrões, que acabou com os direitos da CLT.

Os sindicatos ficaram fortes depois que começaram a cobrar o imposto sindical?

Não. Os sindicatos antes se mantinham somente com a mensalidade dos sócios. Depois, Getúlio Vargas criou o imposto sindical e várias outras regras para estatizar e limitar a atuação dos sindicatos. A burocracia criou também a contribuição assistencial, que juntos arrecadam muito dinheiro. A condição econômi-

ca dos sindicatos melhorou. Mais isso não significou mais lutas e conquistas para os trabalhadores. Os sindicatos não se fortaleceram. Ao contrário, estão cada dia mais vendidos e pelegos.

O número de desempregados no País vem aumentando a cada ano. De 2013 a 2016, por exemplo, foram demitidos mais de 2 milhões de trabalhadores. Mais de 12% dos trabalhadores estão desempregados. Aumentou a terceirização. Os salários são de miséria e perdem o poder de compra a cada dia.

Foi a política de conciliação com a patronal e a traição da burocracia aos trabalhadores que enfraqueceram os sindicatos. A burocracia transformou os sindicatos em verdadeiras empresas. Vendem todo tipo de serviços (Planos médicos, seguros de autos, pacotes de viagens, etc.), fazem tudo, menos a luta. Abandonaram totalmente o papel original para o qual os sindicatos foram criados: defender os trabalhadores. Não é papel do sindicato construir clínicas e hospitais, ou vender planos médicos e seguros.

Os sindicatos e centrais devem organizar e unificar os trabalhadores em todo o país, para impor ao governo um sistema único de saúde e educação pública, para todos. Fazer clínicas e manter planos médicos para seus sócios é uma medida corporativa, que fortalece o setor privado e destrói o público.

Os sindicatos foram criados para defender os interesses dos trabalhadores e combater a exploração capitalista.

A tarefa colocada:

*Expulsar a burocracia vendida dos sindicatos.*

*Rechaçar a política de conciliação de classe.*

*Defender as reivindicações vitais da classe operária*

*por meio da ação direta, greves e ocupações de fábricas.*

*Construir as frações classistas revolucionárias em todas as empresas e lugares de trabalho.*

## **Manifesto do Partido Operário Revolucionário**

# **Enfrentar a Reforma da Previdência com greves e manifestações de rua**

19 de fevereiro de 2018

A ditadura civil de Temer se empenha ao máximo para aprovar a reforma da previdência. Segue os ditames do capital financeiro. Há um forte motivo para isso. Foi, precisamente, essa fração da burguesia que impulsionou o golpe de Estado. Por detrás dos banqueiros e de todo tipo de especuladores, está o imperialismo. O golpe que derrubou o governo de Dilma Rousseff, em última instância, atendeu aos interesses do capital financeiro internacional. Vimos que as demais frações da burguesia – da indústria, do agronegócio e do comércio – se uniram em torno do capital financeiro para derrubar o governo constitucional.

O principal motivo para violarem sua própria democracia foi o de implantar uma política francamente pró-imperialista e, portanto, de proteção ao grande capital, em especial, ao capital financeiro. Essa proteção deveria se concretizar com as reformas e as medidas de “ajuste fiscal”. A reforma da previdência, portanto, foi concebida como uma das principais ações do governo golpista. Estava nos cálculos dos banqueiros e investidores como sendo uma das primeiras reformas a ser aprovada pelo Congresso Nacional. Devido à crise política e às movimentações internas ao governo, acabou sendo uma das últimas.

Temer começou por aprovar a Lei do Teto, concluiu a Lei da Terceirização e chegou à reforma trabalhista. O Congresso Nacional golpista deu ao governo um importante trunfo para vencer a crise política, que quase o despedaça. Por se tratar de um governo nascido do impeachment, que cassou o voto popular que elegeu Dilma Rousseff, teve sua governabilidade condicionada à aprovação de violentas reformas e medidas antinacionais e antipopulares. A Lei do Teto abriu caminho para uma política econômica voltada inteiramente aos interesses do capital financeiro, que parasita a gigantesca dívida pública e que responde aos desequilíbrios fiscais. Mas teria de ser completada com a reforma da previdência.

A reforma trabalhista e a Lei da Terceirização favoreceram a todos os exploradores, porém, em particular, aos setores da indústria, construção civil e serviços. Ao capital financeiro, em primeiro lugar, tratava-se de impor aos explorados uma profunda alteração no sistema previdenciário. As divergências internas na base do governo, por sua vez, contribuíram para que a decisão ficasse para fevereiro, data estipulada em função do processo eleitoral.

Temer recorreu à pressão dos empresários, prefeitos, governadores e partidos da base para que os parlamentares se alinhassem em favor da reforma. A burguesia e a imprensa monopolista reconhecem que o presidente tem feito o impossível para coroar seu governo de transição com a reforma da previdência. Esteve claro desde o início que o presidente usurpador não tinha nenhuma preocupação com a popularidade, portanto, com a sua própria sucessão pela via eleitoral. A missão do golpe de Estado era e é a de impor as reformas e as medidas antinacionais e antipopulares.

Criou-se a expectativa em torno da avaliação de se o cão de guarda da ditadura civil de Temer, o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, seria capaz de arregimentar os votos necessários à aprovação da PEC 287/16. O problema criado por essas

manobras está em que serviu à burocracia sindical para justificar sua inação. Tratava-se, para os burocratas, de contar com o fracasso do próprio governo, sem que fosse necessário recorrer à luta das massas. Essa expectativa derrotista permitiu ao governo fazer uma grande campanha de convencimento da população sobre a justeza da violenta reforma da previdência. Felizmente, a mentira de que essa reforma protege os pobres e acaba com os privilégios não ganhou a confiança dos explorados. De maneira que as condições para retomar a greve geral estiveram e estão dadas. Eis por que o “Dia nacional de paralisações e lutas” não pode ficar aquém da necessidade de um confronto aberto das massas contra a burguesia e seu governo.

É preciso colocar toda energia para transformar O dia 19 de fevereiro em um verdadeiro movimento de massa. A derrota do governo somente é possível por meio da união grevista da maioria explorada. Aqueles que contam com o fracasso do governo em reunir os 308 votos necessários são derrotistas. Servem à política de conciliação de classes, de desmobilização e de desorganização da classe operária.

O Partido Operário Revolucionário lutou a todo momento sob a bandeira “Não abaixar a guarda!” Convocar as assembleias operárias e populares, formar os comitês de luta de frente única e lançar-se à greve geral. A experiência mostrou que a política de pressão parlamentar leva à derrota. Foi o que aconteceu diante da aprovação da Lei da Terceirização e da reforma trabalhista. O desmonte do movimento, que se ergueu com a greve geral de 28 de abril, permitiu que o Congresso Nacional golpista desse uma tão importante vitória à ditadura civil de Temer. Agora, estamos diante da ofensiva política do governo para aprovar a reforma da previdência. É preciso deixar claro para a classe operária e demais explorados que os sindicatos e as centrais não estão fazendo o jogo eleitoral. Não estão utilizando a bandeira da previdência para projetar candidaturas às eleições de outubro. Os operários querem lutar contra a reforma da previdência. Mas não querem ser enganados por aqueles que fingem lutar contra as reformas.

É preciso deixar claro que a burguesia está determinada a impor a reforma da previdência, custe o que custar. Se não for agora, em fevereiro, será depois. Se lutarmos firmemente, parando as atividades e marchando nas ruas do País, não apenas impediremos a votação como preparamos, desde já, O caminho para o novo enfrentamento que inevitavelmente virá. Essa é a política da classe operária. Esse é o método que leva à vitória. Esse é o caminho de união da maioria oprimida em torno do proletariado. É assim que também lutamos pelos empregos e pelos salários; pela revogação da Lei da Terceirização e da reforma trabalhista. Não sacrificaremos nossas vidas para que os banqueiros sangrem o Tesouro Nacional, arrancando-lhe a brutal carga de juros que remunera a gigantesca dívida pública. Nesse dia 19, levantamos a bandeira “Não pagamento da dívida pública, defesa da vida de quem trabalha e produz as riquezas do País”.

***Abaixo a Reforma da Previdência!***



# POR rechaça a política de canalizar a revolta dos explorados para as eleições

As manifestações ocorridas, em quase todas as capitais, evidenciaram a disposição de luta dos explorados. Ocorreram paralisações de bancários, funcionários públicos, condutores, metalúrgicos, petroleiros, etc. – ou durante todo o dia, ou por algumas horas. Os bloqueios de rodovias, apesar de contar com número reduzido de manifestantes, também se fizeram presentes em alguns estados. Durante os protestos, milhares ganharam as ruas, embora a imprensa monopolista tivesse ocultado a extensão do movimento em todo o País.

Com a bandeira de “Não baixar a guarda”, o Partido Operário Revolucionário interveio junto às fábricas, por meio do Boletim Nossa Classe, no Comitê do ABC, no ato em São Bernardo e nas manifestações centralizadas. Abaixo consta um balanço de nossa atuação em algumas regiões.

## Pernambuco

No dia 19 de fevereiro, houve atos e paralisações nas cidades de Caruaru, Belo Jardim, São Bento do Uma, Petrolina e na capital. Algumas categorias promoveram paralisações como bancários, professores, metalúrgicos e petroleiros. Manifestantes da ocupação Carolina de Jesus, do MTST, bloquearam a BR 101 pela manhã.

Em Recife, cerca de cinco mil pessoas marcharam pelas ruas do Centro. O ato do Dia Nacional de Lutas contra a Reforma da Previdência partiu do parque 13 de maio. Depois, os manifestantes marcharam pela Avenida Conde da Boa Vista e concluíram na agência do INSS. Estavam presentes direções de sindicatos operários da construção civil, metalúrgicos, metroviários, dentre outros, e colunas do MTST-Frente Povo Sem Medo, MST, professores municipais, urbanitários e correntes políticas.

Praticamente, todas as correntes convergiram no “se colocar para votar, o Brasil vai parar”. A denúncia da intervenção militar vinha acompanhada da defesa das políticas públicas (inclusive por parte do PSTU) e alguns diziam que a criminalidade não se resolve “apenas” com polícia. Predominou o bloco em torno do PT e PCdoB, com sindicatos, UJS, Levante, MST, UNE e o PCO, que concentravam seus cartazes na defesa de Lula, como o mote de “eleição sem Lula é fraude”.

O POR atuou com o Manifesto e com uma intervenção ao final do ato, expressando a posição de rechaço à intervenção militar no Rio, apontando que se trata do aprofundamento da militarização da política e que a raiz da criminalidade está na

sociedade de classes que deve ser destruída pela via revolucionária. O POR denunciou a condenação de Lula, por ser uma cassação de seus direitos políticos. Fizemos o chamado a não condicionar a greve ao calendário parlamentar, pois, além da necessidade de impedir a reforma da previdência, temos motivos de sobra para parar pela revogação da reforma trabalhista, do ensino médio, a emenda constitucional do teto dos gastos e a lei da terceirização. Concluímos com a defesa da estratégia própria de poder do proletariado, o governo operário e camponês.

## Ceará

O Dia Nacional de Lutas no Ceará foi organizado pelas centrais sindicais (CUT, CTB, Conlutas, Intersindical, CSB, UGT, Nova Central e Força Sindical), além do MTST, Frente Brasil Popular e Frente Povo sem Medo. As centrais convocaram o ato com o chamado “Se botar pra votar, o Brasil vai parar!”. A CUT fez propaganda também ao redor da bandeira de “se votar, não volta”, além de orientar movimentos, sindicatos e federações a continuarem a campanha de pressão parlamentar com atos no aeroporto, vigílias na residência dos deputados federais, envio de e-mails às suas assessorias, entre outras medidas. Desde o início, o tom dado à campanha de convocação para o dia 19/02 foi o de adaptar-se ao calendário do Congresso Nacional e às dificuldades do governo em colocar em pauta na Câmara a votação da reforma.

A programação contou com atos em vários municípios do estado. Em Tabuleiro do Norte, manifestantes da CUT e MST bloquearam a BR 116. Em Crateús, o MST ocupou a agência do INSS. Em Sobral, houve ato na Praça de Cuba. No Cariri, os manifestantes bloquearam a Av. Padre Cícero, na divisa dos municípios de Juazeiro do Norte e Crato, e atearam fogo em pneus. Houve confronto e repressão por parte da PM. Houve atos ainda em Itapipoca e Iguatu. Em Fortaleza, o ato foi marcado para a praça da bandeira, com passeata até a sede do INSS, no centro da cidade. Apesar da chuva, pelo menos 6 mil pessoas participaram. Diversas categorias estiveram presentes: bancários, professores estaduais e municipais, eletricitários, funcionários públicos, comerciários, estudantes entre outros.

O POR interveio no ato com um pequeno bloco com simpatizantes, distribuiu seu manifesto, ergueu bandeiras, faixa e gritou palavras de ordem. Defendeu no carro de som a linha de que é preciso não baixar a guarda, não esperar o governo reunir o número de parlamentares para votar a PEC da Refor-



ma da Previdência, que a pressão parlamentar é distracionista e que a derrota do governo se dará apenas pela via da greve geral, da formação dos comitês de luta nos locais de trabalho, estudo e moradia, assim como da frente única sindical.

Malgrado a ação das Centrais de pisar no freio e reduzir o ritmo das mobilizações, os explorados estiveram atentos ao dia 19 e mostraram disposição de luta. Em toda parte e em todos os lugares, os trabalhadores já tomaram consciência do significado catastrófico da Reforma Previdenciária para suas vidas.

### **RN - Natal: Não contou com a presença massiva dos oprimidos**

As centrais, antecipadamente, decidiram o local de concentração e o trajeto do ato. As disputas eleitorais entre o reformismo e o centrismo deram o tom do ato. Palavras de ordem de “Fora Temer e todos os corruptos” eram contrapostas com o “Fora Temer, Lula presidente”. Tratou-se de uma manifestação esvaziada.

O Sindsaúde, dirigido pelo PSTU/MAIS, em greve há quase 100 dias, não trabalhou pela participação massiva dos grevistas. Com um discurso pequeno-burguês radical, não se diferenciou dos sindicatos petistas, em que a mobilização e participação pareciam muito mais com as campanhas eleitorais de Lula e de candidatos petistas.

Chamou a atenção o processo de despolitização do ato, onde já se tornaram comum as batucadas e paródias substituírem as intervenções políticas. Portanto, despolitizado e sem perspectiva de constituição de um trabalho para armar os trabalhadores, desempregados e a juventude oprimida para enfrentar os ataques dos governos. É preciso superar a crise de direção no movimento. Cabe à vanguarda revolucionária travar uma luta incessante contra as diversas variantes políticas, que submetem os interesses imediatos do proletariado ao eleitoralismo. É preciso buscar a independência do movimento. O que só será alcançado com a construção do partido-programa.

### **RN - Mossoró: Manifestações dominadas pelo eleitoralismo**

O Dia Nacional de Mobilização em Mossoró foi programado para uma concentração no INSS, com um “café da manhã” e uma aula sobre a reforma da previdência. Depois disso, uma caminhada até a Praça do Pax. A organização da atividade se deu pela Frente Brasil Popular e Fórum dos Servidores estaduais.

A manifestação contou com cerca de 100 pessoas. Não foi preparada pelas direções como um ato com paralisações e participação de massas. A coordenação em frente ao INSS deu um tom festivo e eleitoral ao ato. Um de seus oradores colocou a luta contra a reforma da previdência no campo da disputa eleitoral, referindo-se aos parlamentares, afirmando que aqueles que votarem na reforma da previdência “não voltarão” (não serão reeleitos). O próprio PSTU seguiu essa linha ao dizer para a população não votar no DEM, uma vez que esse partido defende seus próprios interesses. Essa fala mostrou o eleito-

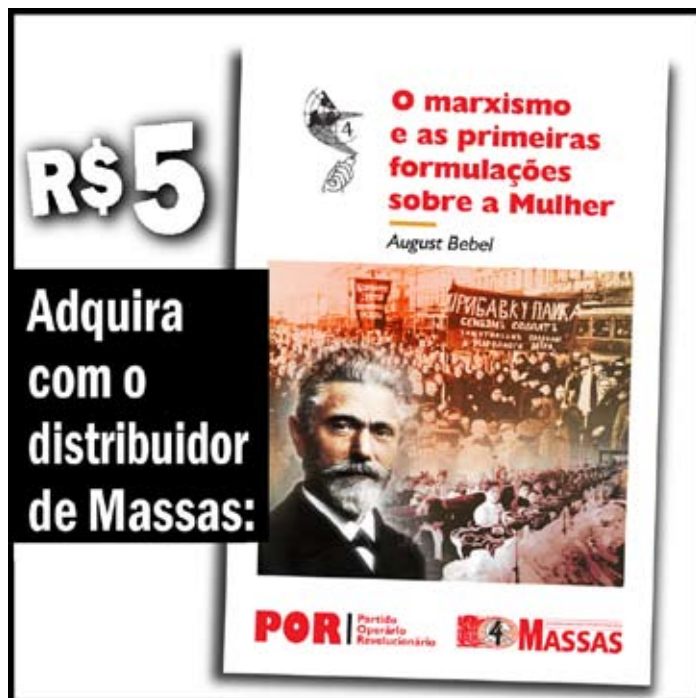
ralismo. Assim, o orador do PSTU ocultou o caráter de classe desse partido.

Na Praça do Pax, chamou a atenção a fala do Mandato de Isolda (PT). De um lado, denunciou a unidade dos governos estaduais (Robinson Farias, PSD/PCdoB) e da prefeitura (Rosalba Rosado, PTB) na retirada de direitos dos assalariados. De outro, fez a defesa do governo de Dilma, como se esta não tivesse atacado os trabalhadores com a 665 e 668, lei da terceirização, etc. Referiu-se corretamente à unidade da burguesia na defesa de seus interesses, mas não se referiu ao divisionismo imposto ao movimento operário e demais explorados pelas direções sindicais, que desmontaram a luta depois da greve geral de 28 de abril.

O POR distribuiu o seu Manifesto e tomou a palavra, depois de romper o seu impedimento pela presidente do DCE. Mostrou o vínculo entre o impeachment e a constituição de um governo voltado a impor as reformas, que retiram direitos trabalhistas e previdenciários, bem como precarizam as relações de trabalho. O POR assinalou a gravidade da intervenção do governo federal no Rio de Janeiro. Destacou a tentativa do governo de desviar a atenção dos que vivem do trabalho sobre a reforma da previdência. E que era preciso não confiar na propaganda de que o governo não mais fará a reforma, portanto, era preciso derrotá-la nas ruas. Nesse sentido, o orador do POR criticou a palavra de ordem eleitoral “quem votar, não volta”. A forma de derrotar as reformas antinacionais e antipopulares era e é a da greve geral por tempo indeterminado.

### **Rondônia: Prevaleceu o eleitoralismo**

O Dia Nacional de Lutas contra a reforma da previdência esteve sob a direção da Frente Brasil Popular, MST e do Fórum das Entidades Trabalhadoras, do qual fazem parte a CUT, sin-





dicatos e Movimento dos Atingidos por Barragens. Tinha como bandeiras: “Fora Temer” e “Se votarem, não voltam”. Não só capital, mas em vários municípios ocorreram também protestos, inclusive na BR 364. Boa parte dos protestos, realizados no interior, se concentrou em frente ao INSS.

O POR interveio distribuindo o Manifesto e com a intervenção no carro de som. Diferenciou-se das demais intervenções por defender que somente a greve geral poderá derrubar de vez as reformas antinacionais e antipopulares do governo de ditadura civil de Temer. Criticou as falas e bandeiras eleitoralistas das direções sindicais e movimentos. E concluiu chamando a unidade nacional dos trabalhadores em torno do programa da classe operária, que tem como estratégia a luta para pôr abaixo o capitalismo por meio da revolução proletária.

## PR - Londrina: Burocracia abandona a luta em nome das eleições

Na cidade de Londrina, aconteceu a manifestação contra a Reforma da Previdência no dia nacional de luta, por iniciativa das centrais sindicais.

Contudo, nessa manifestação, estiveram ausentes os oprimidos e, principalmente, a classe operária. Tratou-se apenas de uma grande reunião de burocratas sindicais que, descolados de suas bases, anunciaram aos quatro ventos a saída da crise política e econômica do Brasil: “eleger melhor nossos representantes”. Como se vê, a manifestação ficou limitada ao reforço das ilusões democráticas, quer dizer, abandonaram qualquer luta contra as reformas.

É preciso dizer que a burguesia está mais do que determinada em aprovar a reforma da previdência. Seus ataques à classe operária e aos oprimidos em geral não tiveram ainda o desfecho pretendido pelos capitalistas. Precisam aprofundar os cortes e a exploração. Também é mais do que necessário dizer que só vamos barrar esse ataque com a classe enfrentando as reformas nas ruas, defendendo as condições de vida e levantando a bandeira do governo operário e camponês.

As burocracias presentes na manifestação apenas cumpriram o seu papel de colaboração de classes. Nada mais distante dos métodos com que a classe operária deve enfrentar a ditadura civil de Temer. Limitaram-se a atacar um ou outro político de plantão, para chamar voto em “iluminados” da política burguesa. Serviram como trampolim eleitoral.

O Partido Operário Revolucionário compareceu à manifestação com seu boletim próprio, em que coloca a vida de quem trabalha e produz acima de jogatinas políticas e ao pagamento da dívida pública.

## | Dia Nacional de Luta - 19 de fevereiro

### São Paulo: Frente Povo Sem Medo e Frente Brasil Popular manejaram autoritariamente o ato.



Cerca de 20 mil manifestantes tomaram a Av. Paulista. Uma parte trazia o sentimento de que era preciso derrotar a reforma da previdência, retomando os bloqueios e a greve geral. Outra foi arrastada pelas burocracias dos movimentos e centrais em torno de slogans parlamentares, como o de “Se Votar, não Volta”; ou pelo eleitoralismo, a exemplo de “eleição sem Lula, é fraude”.

Notou-se a ausência da classe operária. Não poderia ser diferente, porque a burocracia do Sindicato Metalúrgico do ABC fez uma campanha para que os metalúrgicos ficassem em casa. No carro de som, os dirigentes se vangloriaram ao dizer que os ônibus chegaram vazios nas portas das fábricas, na Mercedes-Benz, Scania, Volkswagen, Ford, etc. O mesmo ocorreu com os condutores, que chegaram a fazer bloqueios nas garagens de algumas regiões da capital, mas não compareceram ao ato. A burocracia direitista dos condutores pôde intervir e foi ovacionada por um bando de seguidores que carregavam os enormes balões eleitorais com o seu retrato. As correntes puderam se expressar, utilizando os aparatos sindicais que dirigem. Havia uma unanimidade em condenar a intervenção militar no Rio de Janeiro e dizer que a suspensão da reforma da previdência foi uma manobra de Temer diante da evidente derrota na votação. A burocracia que se mostrou incapaz de organizar a greve geral para derrotar a reforma trabalhista e a Lei da Terceirização, agora, embarca na farsa de que o governo foi derrotado na questão da previdência.

Assim, o ato foi praticamente de setores da pequena burguesia e de movimentos sem-teto. Não houve passeata.

O POR interveio com o Manifesto, suas bandeiras e com a divulgação do jornal Massas, folhetos e livros, por meio da banca do partido.

LANÇAMENTO ▶

R\$ 35

100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

**100 anos da Revolução Russa**

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL



**Professores municipais SP**

# Assembleia de 19 de fevereiro adiou o início da greve para 8 de março

Os conselheiros do SINPEEM decidiram, já no começo do ano, que o dia 19 de fevereiro seria de greve, assembleia e manifestação contra as Reformas da Previdência em âmbito federal e municipal. A avaliação era de que não havia outro caminho senão iniciar o ano letivo em greve para responder à ofensiva do governo.

No entanto, mesmo com uma assembleia massiva (mais de 10 mil trabalhadores) e com a permanência do PL 621 em tramitação na Câmara de Vereadores, a Corrente Proletária na Educação foi a única a defender a continuidade da greve no carro de som. É verdade que outros trabalhadores também queriam subir para fazer uso do microfone, mas foram impedidos, o que deve ser denunciado como uma atitude antidemocrática.

A defesa de continuidade da greve por tempo indeterminado correspondia à estratégia de luta pela retirada do projeto, enquanto a direção majoritária e demais correntes da Unidade da Oposição defenderam o adiamento da greve. Apostam na pressão parlamentar, acreditam que é possível modificar o teor do PL enquanto tramita nas comissões da Câmara. Na reunião do Conselho, ocorrida em 1 de março, o presidente do sindicato e vereador da base aliada do governo, Claudio Fonseca/PPS, reforçou esse posicionamento dizendo que estava compondo a Comissão de Constituição e Justiça e que faria o máximo para obstruir a tramitação do projeto. Disse também que os vereadores precisavam ser “convencidos” a se posicionarem contra o PL.

Está aí a política de submissão da mobilização ao calendário do Parlamento. No dia 19, Fonseca iniciou a assembleia com uma manobra, afirmando que era necessário primeiro construir a mais ampla unidade do funcionalismo para poder enfrentar a SAMPAPREV. A defesa da unidade pelo burocrata compareceu, então, como um refúgio para impedir a continuidade da greve, apoiando-se nas demais entidades sindicais, na verdade suas direções pelegas, que não mobilizam suas bases. Foi essa a forma encontrada para abortar a greve.

Quando apresentou sua defesa de continuidade da greve, a Corrente Proletária apontou o caminho da unidade de fato, conformando os comitês nas regiões, os comandos de greve, além de propor uma nova assembleia para a semana seguinte. Não se constrói unidade com palavras, com declarações de intenções ou reuniões de cúpula, e sim com assembleias e ações conjuntas, com um plano unificado de luta.

Como se vê, haviam dois métodos em disputa na assembleia, o da pressão parlamentar e o da ação direta. O primeiro corresponde à luta por emendas ao projeto, colocando nas

mãos dos vereadores (a ampla maioria é de apoio ao governo do PSDB) a solução política em relação ao PL. O segundo método, defendido pela Corrente Proletária, corresponde à retirada imediata do projeto e está assentado no princípio da independência de classe, fazendo com que os trabalhadores confiem exclusivamente em suas próprias forças.

Além do discurso da falsa unidade, pesou entre os trabalhadores da Educação municipal a notícia de que o governo federal havia suspenso a Reforma da Previdência e que supostamente seria mais difícil para Dória encaminhar um projeto deslocado do federal. As centrais sindicais já alardeavam o discurso de que a suspensão da reforma foi uma “vitória” das mobilizações dos trabalhadores. Quanta ilusão!

A intervenção militar no Rio de Janeiro compareceu como

*A intervenção militar no Rio de Janeiro compareceu como uma tábua de salvação para o governo Temer, que não conseguiu até agora os votos que necessitava para aprovar a reforma, mas também para a burocracia sindical que não quer o enfrentamento direto com o governo. A suspensão lhe permitiu recuar e abortar as tendências grevistas sob a justificativa de que a retirada foi uma vitória da pressão das bases. Ocorre que a burocracia não pretende organizar nenhuma greve. Todas estão voltadas ao eleitoralismo e aos métodos da conciliação de classes.*

uma tábua de salvação para o governo Temer, que não conseguiu até agora os votos que necessitava para aprovar a reforma, mas também para a burocracia sindical que não quer o enfrentamento direto com o governo. A suspensão lhe permitiu recuar e abortar as tendências grevistas sob a justificativa de que a retirada foi uma vitória da pressão das bases. Ocorre que a burocracia não pretende organizar nenhuma greve. Todas estão voltadas ao eleitoralismo e aos métodos da conciliação de classes.

Somente a Corrente Proletária na Educação mostrou o caminho da luta independente, colocando de fato que não é o momento de baixar a guarda. A intervenção no Rio assinala um avanço da centralização autoritária da ditadura civil de Temer. Na medida que os trabalhadores retrocedem, a burguesia avança criando uma estrutura repressiva nacional, como não se via desde a ditadura militar. Está colocada a tarefa de combater os governos e indicar a via da greve geral para derrotar todos os ataques, dentre eles as tendências de militarização da política. No dia 8 de março, será preciso aprovar a greve por tempo indeterminado para derrotar as Reformas da Previdência federal e municipal. Nada de ficar refém do calendário do Parlamento! A luta da categoria é pela retirada dos projetos, combinando essa bandeira com a defesa dos empregos, salários e condições de trabalho.

## Campanhas salariais e ofensiva dos governos sobre o magistério

No início deste ano de 2018, os governos municipais e estadual têm piorado as condições salariais e de trabalho do magistério. Às medidas de arrocho salarial, destruição de diretos e desmonte dos institutos de previdência e saúde, que vinham ocorrendo nos anos anteriores, somam-se agora ofensiva sobre os salários e as suplementações de carga horária.

### Rede estadual e municipal de Fortaleza: arrocho salarial e desmonte de ISSEC/IPM

Na rede estadual, o governo Camilo Santana (PT) anunciou reajuste de 3%. Em 2017, não concedeu reajuste no VB e o pouco que os professores obtiveram foi adquirido com plano de carreira. Ao anunciar os 3% para este ano, o governo ainda teve a desfaçatez de explicar que o reajuste de fato correspondia a 2,95% (mesmo percentual na inflação oficial de 2017) e que estava concedendo um ganho real de 0,05%. O ISSEC, instituto de previdência e saúde, atravessa uma avançada reestruturação, cujo resultado será o aumento de alíquotas para os professores mais velhos e que necessitam mais da assistência médica. O objetivo do governo é criar as condições para que o professorado seja obrigado a migrar para planos de saúde e previdência privados.

No Município de Fortaleza, o Prefeito Roberto Claudio (PDT) anunciou reajuste geral de 2,95% a todos os servidores. Por meio do seu secretário da SEPOG, anunciou que haverá um reajuste diferenciado para os professores. Fato, porém, é que os professores em 2017 tiveram reajuste zero, quando a inflação na capital ultrapassou os 7%. O anunciado reajuste diferenciado não passará de propaganda e se resumirá a uma migalha inservível. Não bastando isso, a prefeitura ameaça exigir dos professores que suplementaram sua carga horária em anos anteriores a desincompatibilização do chamado aditivo para poder se aposentar. O desmonte do IPM segue seu curso, embora num patamar inferior ao que agora atravessa o ISSEC estadual.

### Caucaia e Pacatuba: acordos rebaixados e reajustes parcelados.

Em Caucaia, o sindicato SINDSEP fechou acordo com Prefeito Naumi Amorim (PMB) para um reajuste de 6,81% (valor do reajuste do piso em 2018) dividido em duas vezes com uma parcela em março (3,41%) e outra apenas em agosto (3,40%). Na prática, a categoria conseguiu os 6,81% valendo a partir de agosto e a buro-

cracia sindical do Sindsep (PT) cantou vitória por ter conquistado o reajuste que acompanha o miserável piso nacional. Em Pacatuba, o Sindicato Apeoc fechou acordo com a Secretária de Educação, Eliane Almeida, para o reajuste de 6,81% em março, sem retroativo a janeiro; o que deixou indignada parte da categoria já que havia possibilidade de ganhar o retroativo por meio da luta (evitada pela direção traidora que fez acordo com a prefeitura).

### Icó: ataque sem precedentes aos salários

Em Icó, a prefeita Láis Nunes (que saiu do PMB e migrou para o PDT, para entrar na base de apoio de Camilo) enviou para Câmara de Vereadores mensagem que anulava a suplementação de 362 professores, reduzindo pela metade seus salários, e os fazia perder 4h de trabalho. No dia 22/02, a Câmara foi cercada pela categoria, que contou com apoio de pais, estudantes e representantes sindicais para impedir a redução salarial. Os vereadores malditos votaram contra a educação e a PM reprimiu com spray de pimenta e cassetetes a multidão. Os professores decidiram em assembleia responder à prefeita, inimiga número 1 do ensino público, com uma greve geral da categoria, a partir de 02 de março.

### É preciso organizar a greve geral da educação

O quadro de arrocho salarial, retirada de direitos, ataques aos salários e aos Institutos de previdência/saúde mostram que os governos municipais e estadual, frente às dificuldades orçamentárias, optam por atacar com violência o magistério. Esta tendência se tem acentuado nos últimos anos, em razão da crise capitalista. A recessão econômica tem obrigado os governos a preservar os recursos para destiná-los aos capitalistas. Aos trabalhadores da educação, está colocada a alternativa de aceitar a piora das condições de salário, direitos e trabalho, ou resistir e lutar organizados. É preciso convocar, antes de mais nada, o magistério da rede estadual e da rede municipal de Fortaleza a lutarem juntos contra o miserável reajuste de 3%. A construção da greve unificada é a única resposta possível aos governos, que pode colocar alguma perspectiva de conquista no horizonte. A luta nos mais variados municípios, porém, levanta a questão da urgente construção da GREVE GERAL DA EDUCAÇÃO, rejeitada pelas direções sindicais. Que os professores exijam de seus sindicatos a necessária unidade estadual e nacional no combate por condições de vida dignas.

## Enfrentar a demissão em massa nas particulares com a bandeira da estatização

A partir da entrada em vigor da Reforma trabalhista, em 11 de novembro de 2017, uma onda de demissões em massa tem afetado milhares de professores nas universidades particulares. O caso mais emblemático foi da Estácio de Sá, que anunciou uma demissão de 1.200 professores e a abertura de um cadastro de reserva de trabalho intermitente. A liminar que suspendia estas demissões foi derrubada em dezembro. Com isso, as demissões estão liberadas, com as bênçãos da reforma sindical que facilita as dispensas individuais e coletivas que deixaram de depender de

qualquer autorização ou acordo coletivo com os sindicatos.

Outras faculdades também anunciaram demissões. Comprada pelo grupo norte-americano Laureate, a FMU demitiu pelo menos 200. A Anhembí Morumbi, do mesmo grupo, anunciou 150 demissões. A Uniriter, presente na região Sul, 100. Na Faculdade das Américas (FAM), ao menos metade dos 192 professores foram desligados, mais de 50 eram doutores. Nitidamente, os capitalistas da educação demitem profissionais com maiores salários para substituir por contratos mais flexíveis, precários e

baratos. Dados do sindicato dos professores do Distrito Federal (Sinproep) enumeram cerca de 2 mil demissões de dezembro para cá. Somente na Grande São Paulo, foram 400 demissões no fim do ano, incluindo Mackenzie, Metodista, Casper Líbero, São Judas, dentre outras. O Sinpro entrou com liminar para suspender algumas. Alunos organizaram protestos e abaixo assinados e houve uma longa greve na UniSant'Anna contra salários atrasados. Com raras exceções, entre os docentes, prevalece a via jurídica e, entre os estudantes, a lógica do consumidor que se queixa de um serviço não prestado devidamente. Direções sindicais e estudantis permanecem na passividade.

Além da violência contra aqueles que perdem seu emprego, os cortes também afetam os que permanecem: está havendo redução de carga horária com redução de salários, superlotação nas salas e incremento do Ensino a Distância. Seja com a abertura de novos cursos, seja com o aumento do percentual de EaD na carga horária dos cursos presenciais. Há casos em que um único professor tem 500 alunos por disciplina, no EaD, recebendo, em média, R\$24 por hora/aula, ou sendo registrado como tutor, que recebe cerca de R\$18 por hora/aula.

### **Não há democracia, nem autonomia, no sistema privado**

As demissões revelam também o caráter profundamente antidemocrático das instituições privadas. Aqueles que reclamam da truculência e arbitrariedade das decisões, rapidamente, entram nas listas negras. O setor privado de ensino está nas mãos das Igrejas e dos capitalistas. Com o processo de desnacionalização e mercantilização dos últimos anos, a concentração da propriedade das empresas educacionais nas mãos de acionistas estrangeiros, vinculados a fundos de pensão, torna a ingerência ainda mais explícita. Nem as instâncias colegiadas formais são respeitadas. E, abertamente, as mudanças são feitas em nome da lucratividade, com a ameaça de fechamento de salas, cursos e até mesmo faculdades, se as vantagens não forem suficientes para os especuladores.

### **Impactos da crise mundial**

Não é apenas a busca de maior lucratividade que justifica as demissões. O Censo da Educação Superior, referente a 2016, mostrou que o sistema privado perdeu 16,5 mil estudantes, a primeira queda desde 2005. Também cresceram em 25% as matrículas truncadas em relação aos últimos três anos, com cerca de 1,3 milhões de estudantes que interromperam sua formação.

O grande crescimento do setor privado se deu sob a sombra das benesses do Estado, principalmente sob os governos do PT. Foi em 2007 que as instituições privadas passaram a oferecer ações na bolsa de valores, atraindo investimentos de fundos de pensão e outros especuladores internacionais. Com base no Prouni e FIES, as vagas ociosas foram preenchidas com a isenção de impostos e subsídios. A educação, tornada mercadoria, seguiu o curso da monopolização. Hoje, 33,1% do ensino superior está concentrado em cinco grupos educacionais: Kroton-Anhanguera, Estácio, Laureate, Unip e Uninove. Sendo a Kroton-Anhanguera a maior corporação de ensino no mundo, cujo lucro em 2016 foi superior a R\$

1,86 bilhões em 2016, dos quais R\$ 493 milhões vieram do FIES. Isso, mesmo com os cortes no Fies a partir de 2015. As mudanças nas regras de acesso, com exigência de nota mínima no ENEM e teto de renda fizeram os contratos caírem de 732,7 mil, em 2014, para 203,5 mil, em 2016.

*Ante o estreitamento do mercado no ensino superior, provocado também pelo elevado desemprego endividamento e desemprego, que atingem os jovens com maior violência, estas corporações miram também o ensino médio, em melhores condições após a reforma privatista e excludente aprovada por Temer e o Congresso golpista.*

### **O direito democrático à Educação**

Junto com o atual drama dos professores, está presente a negação do direito à educação pública e gratuita em todos os níveis. O funil já começa no Ensino Médio. Mais de metade dos jovens de 15 a 17 anos estão fora deste nível de ensino. Entre os adultos, apenas metade concluiu esta etapa. E 17% nem mesmo concluiu o ensino fundamental, conforme o relatório da OCDE. Segundo o censo de 2016, apenas 8,05 milhões de jovens entre 18 e 24 anos

estão cursando o Ensino Superior no Brasil, são cerca de 18% dos que estão nesta faixa etária. Dos três milhões de ingressantes em 2016, 82,3% está em instituições privadas.

Enquanto isso, o Ead aumentou o número de matrículas de 694,5 mil, em 2015, para 843,1 mil, em 2016, o que equivale a 28,2% do total de matriculados no Ensino Superior do nosso país. Há categorias, como o serviço social, em que quase 60% dos matriculados está no Ead. Um processo que atende apenas à mercantilização da educação. Em nome da democratização do acesso, esvazia totalmente a educação como transmissão do conhecimento acumulado historicamente para uma nova geração.

A ociosidade permanece alta. Das 10,6 milhões de vagas ofertadas, 73,8% é nova e 26% remanescente. Das quais foram preenchidas 33,5% das novas e 12% das remanescentes, em 2016. É difícil para o jovem trabalhador conciliar a jornada de trabalho com a de estudos. Nas públicas, soma-se ao problema o filtro no ingresso e, nas privadas, a impossibilidade dos jovens arcarem com as mensalidades.

### **A resposta proletária**

Ante a demissão dos professores, é necessário erguer uma forte campanha em defesa da expropriação da rede privada, sem indenização. Diante do autoritarismo dos acionistas e mantenedoras, erguer a defesa do controle dos que estudam e trabalham sobre a educação. A luta por um único sistema público, gratuito, científico e autônomo é coerente com a defesa do acesso irrestrito a todos níveis de ensino. Nenhum jovem deveria pagar para estudar. As dívidas deveriam ser canceladas e todos incorporados ao sistema público. Tal bandeira também precisa ser encampada pelos professores, técnicos e estudantes do sistema público. A precarização é a outra face da mercantilização. Não responderemos aos cortes de Temer com a defesa corporativa de dinheiro público apenas para o setor público. Tal luta só pode avançar por meio dos métodos operários das greves, piquetes, bloqueios e ocupações.



## Nesta edição:

- Sinais da crise mundial.
- **História do Partido Bolchevique:**  
*Capítulo III: 1914-1917 - A bancarrota da II Internacional e preparação da III Internacional.*

## Artigos das Seções

# Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



## Argentina:

**Tomemos em nossas mãos as marchas e atos convocados em defesa das reivindicações centrais dos trabalhadores! Generalizar as lutas e unificá-las para impor a Greve Geral ativa!**



Serão atividades massivas, apesar dos ataques constantes do governo contra as organizações sindicais, da campanha incessante dos meios de comunicação que atacam o sindicalismo e apesar da deserção da maior parte da burocracia.

## As massas mostram sua disposição para a luta

As manifestações, como as que se desenvolveram entre fins de novembro e dezembro, expressam a vontade de luta de milhões de trabalhadores contra o roubo aos aposentados, contra a carestia, os tarifas e o arrocho salarial, contra as demissões, contra a flexibilização capitalista do trabalho, contra a repressão e contra o saque do país. Reivindicamos as lutas e os métodos que os trabalhadores estão utilizando: a ocupação e a paralisação dos trabalhadores da INTI, a ocupação da mina no Rio Turbio, a mobilização popular em Azul e a luta nas ruas dos trabalhadores do Hospital Posadas. Somente com a ação direta podemos derrotar a política deste governo.

Ao longo destes conflitos, a tendência de unificação das lutas vai se fortalecendo. Expressam a necessidade das lutas se unificarem, já que os conflitos isolados dificilmente podem frear o ataque em curso. Independentemente da vontade dos dirigentes que as convocam, as mobilizações se convertem em um canal para a unidade.

## Ao não mobilizar, a burocracia revela a sua cumplicidade com a política de Macri

Muitos dos dirigentes que convocam as manifestações negociaram com o governo para receber fundos para as obras sociais, para manter vantagens, para que o governo não os aperte com a AFIP ou com a Justiça, assim como a maioria que não adere à marcha e se refugia na proteção do governo. É clara a decisão do governo de enviar auditorias e investigações sobre as organizações que não se disciplinam. É clara a proteção do governo e sua Justiça a corruptos e ladrões, sempre e quando se juntam ao rebanho governista.

O importante é não perder de vista que a enorme maioria que se manifestará irá para as ruas com suas próprias reivindicações, reafirmando a necessidade de ganhar as ruas para deter o ataque terrível que é descarregado sobre toda a população.

O governo e um setor da burocracia que não aderiu ao movimento fazem a crítica da politização das marchas. Claro que há politização! Não poderia ser diferente. Estão em discussão temas vitais para as massas. Há politização de toda ordem nas mobilizações, como há politização de quem a rechaça, que expressa a política do capital financeiro, dos saqueadores, dos maiores exploradores. Os setores da burocracia que dão as costas às mobilizações estão defendendo esse regime, essa política de ataque, de guerra aos trabalhadores.

Dizem que temos de dialogar. O que se pode conversar com quem ataca brutalmente os trabalhadores e as massas em geral? Com aqueles que acatam as ordens do exterior, aplicando as receitas ditadas pelos bancos? Os interesses são antagônicos, são opostos, são contraditórios. Não há nenhum ponto de acordo possível com quem declarou a guerra. Só os traidores, os inimigos jurados dos trabalhadores, desviam conscientemente as lutas, apelando para o diálogo. Este discurso dos burocratas sindicais atinge os setores mais atrasados dos trabalhadores. Com isso, permitem que o governo e os grandes patrões continuem avançando sem parar contra os interesses dos trabalhadores e da Nação.

Quando Acuña diz que “*Temos setores políticos que se dependuram em uma reivindicação dos trabalhadores, o que não corresponde de que se politize*”, não tem o menor pudor em olhar para trás e ver que setores políticos aplaudem as suas declarações. Há uma decisão política, interessada, dos burocratas de não romper com este governo. Eles também estão fazendo política!

## **Devemos intervir com a política da classe operária:**

- \* Pela derrubada da lei de aposentadorias;
- \* Acabar com a flexibilização/precarização trabalhista. Nenhum trabalhador fora do contrato coletivo. Estabilidade para todos os trabalhadores estatais. Não à reforma trabalhista;
- \* Por um salário e uma aposentadoria iguais ao salário mínimo vital, para todos!;
- \* Por reajustes reais, sem teto, que recuperem as perdas do ano passado e estabeleçam um mínimo de 20% para este ano, que é o que indicam os economistas governistas;
- \* Rechaçar todas as demissões. Acabar com o desemprego, distribuindo todo o trabalho disponível entre os trabalhadores, sem afetar os salários. Reintegração imediata de todos os demitidos;
- \* Basta de aumento de tarifas! Abertura dos livros contábeis e nacionalização de todas as empresas que intervêm na produção e distribuição dos serviços essenciais;

## **Chile**

# **Pelo direito à autodeterminação da nação Mapuche Abaixo a criminalização das lideranças mapuches**

O governo da presidente Michelle Bachelet e os carabineiros teimam em aplicar a Lei antiterrorista aos dez mapuches, acusados de incêndios na região da Araucania. Estes mapuches pertencem à Coordenação Arauco Malleco (CAM), organização dirigida por Hector Llaitul. Em diversas ocasiões, essas lideranças foram acusadas de sabotagem contra as empresas florestais, que usurparam os territórios dos seus ancestrais. Territórios que, para a nação-classe Mapuche, têm um profundo significado religioso, econômico e político. Os mapuches estiveram em luta por mais de cem anos contra o Estado do Chile, que juntamente com o Estado argentino submeteram esta nação pela fome, chegando quase a exterminá-la. Mais da metade dos chilenos descendem desse povo. É necessário lembrar que os espanhóis jamais puderam dominar o território dos mapuches. De maneira que se viram obrigados a respeitar ao Norte até Bio-Bio ao Sul e do Pacífico até o Atlântico a soberania dessa unidade territorial, ocupada muito antes da colonização.

A informação é tão ampla e vaga – veiculada pelos meios de informação (TV, jornal e Rádio) – que serve para confundir as pessoas. Está claro que os carabineiros e o governo criaram várias situações para responsabilizar os dez mapuches e, assim, justificar a brutalidade da polícia que age levemente contra a nacionalidade índia. O governo não pode ter coerência política na solução do conflito, porque o Estado está subordinado ao grande capital imperialista, em absoluta decadência e que tudo se resolve pelas armas, submetendo a classe operária, a maioria oprimida e povos, como a nação-classe Mapuche, não somente no Chile, mas também no mundo inteiro.

- \* Que o Estado, o Governo e a Justiça tirem as mãos das organizações sindicais. Somente a classe operária poderá varrer toda a casta burocrática das organizações sindicais;
  - \* Em defesa de sistemas únicos de educação e saúde públicas, gratuitos;
  - \* Não pagamento de toda a dívida externa. Expropriação dos setores que enriqueceram com as negociações da dívida;
  - \* Pelo fim da repressão: Liberdade para todos os presos políticos! Punição aos assassinos de Santiago Maldonado e Rafael Nahuel! Punição aos responsáveis políticos e materiais da repressão de dezembro! Impedir a infiltração policial nos atos!
- Esta política deve ser imposta com a ação direta das massas, com greves, começando com uma paralisação geral de 36 horas. É sobre a base dos encontros unitários, que estão sendo realizados em torno das lutas em curso, que poderemos preparar as condições para a convocatória de um Congresso de base da CGT; para dotar o movimento operário de uma direção classista e de um programa que levante todas as reivindicações operárias, democráticas, nacionais, com a perspectiva estratégica da classe operária: seu próprio poder político.

(*Extraído do Jornal Massas, nº 336, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina*)

Os carabineiros militarizados possuem recursos econômicos e autonomia, que os colocam no mesmo nível da autoridade civil. Uma vez que o governo atua de acordo com as informações que vêm dos organismos de “Inteligência policial”, passa a fazer parte das intrigas que atentam contra a estabilidade do Estado. Faculta-se aos carabineiros reprimir violentamente, apoiados no “Estado de Direito” burguês. Assim, submetem brutalmente os protestos das associações, sindicatos e tudo o que atinge a propriedade privada capitalista. Este é um dos tantos exemplos que caracteriza o Estado do Chile, dirigido por governos de ditadura civil, que viola a própria democracia formal.

A democracia que serve aos explorados e à nacionalidade oprimida se constituirá pela revolução proletária e pela edificação de um governo operário e camponês. A classe operária e demais oprimidos acabarão com a propriedade privada dos meios de produção. É por essa via que se resolverão as impostergáveis necessidades da maioria nacional. Os intermináveis abusos cometidos pelos empresários, autoridades estatais, policiais, Forças Armadas e religiosos somente terminarão quando os oprimidos se levantarem como um só homem, defendendo com dignidade e valor a liberdade, palavra que hoje é somente uma ilusão, repetida como consigna vazia em proveito dos politiqueros burgueses do Chile Vamos, ex Nova Maioria e Frente Ampla.

***Pelo direito à autodeterminação***

***do povo mapuche!***

***Pela Revolução e Ditadura Proletárias!***

(*Extraído do Jornal Lucha Obrera, nº 32, órgão do Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário do Chile*)

**Bolívia**

# Não à ingerência imperialista na Venezuela



A burguesia latino-americana, dirigida pelo imperialismo, tem acentuado a ofensiva contra a Venezuela, condenando a ditadura comandada por Nicolás Maduro, exigindo a volta da democracia. O governo dos Estados Unidos, Donald Trump, estendeu as represálias e ameaça recrudescer as sanções econômicas para acabar de estrangular sua economia. O Grupo de Lima retirou o convite ao Presidente Maduro para participar da Cúpula das Américas, em abril, no Peru. Não se descarta, inclusive, uma intervenção militar para afastar Maduro do poder.

A oposição, reunida na Mesa de Unidade Democrática (MUD), se apoia em setores da oligarquia venezuelana e nas ações externas dos Estados Unidos, Espanha, Vaticano, etc. Não resta dúvida, portanto, que toda a campanha contra o regime venezuelano responde aos interesses de uma fração da burguesia, dos grandes proprietários latifundiários e da alta classe média, assim como das potências que não toleram o regime chavista.

Para além de qualquer consideração sobre o regime venezuelano, não se pode tolerar o intervencionismo imperialista nos assuntos internos de um país. Os revolucionários têm a obrigação de defender o direito à autodeterminação dos povos. Os problemas internos de um país devem ser resolvidos por seu próprio povo,

*(...) não se pode tolerar o intervencionismo imperialista nos assuntos internos de um país. Os revolucionários têm a obrigação de defender o direito à autodeterminação dos povos. Os problemas internos de um país devem ser resolvidos por seu próprio povo, sem a ingerência das potências imperialistas, cujos interesses sempre são contrários aos dos povos oprimidos.*

sem a ingerência das potências imperialistas, cujos interesses sempre são contrários aos dos povos oprimidos.

Hugo Chávez se projetou politicamente como um movimento nacionalista pequeno-burguês no seio das Forças Armadas. Uma vez que o movimento pequeno-burguês alcançou o poder do Estado com o apoio eleitoral das massas e conseguiu fazer das Forças Armadas seu pilar, a fração burguesa pró-imperialista procurou a todo custo liquidar o governo nacionalista.

Mas, o radicalismo verbal de Hugo Chávez, com sua “revolução bolivariana” e o

“Socialismo do Século XXI”, uma expressão do nacional-reformismo pequeno-burguês, definitivamente, é incapaz de acabar com o poder econômico capitalista.

O chavismo não poderia ter se sustentado sem o apoio popular. Para isso, subsidiou com os recursos do petróleo um massivo assistencialismo, valendo-se de medidas monetárias que não têm sustentação no desenvolvimento das forças produtivas. A brutal queda dos preços do petróleo - do qual depende vitalmente toda a economia venezuelana - e a corrupção escandalosa do regime puseram por terra toda a política assistencialista do chavismo. Os efeitos da sabotagem levada a cabo pelo capitalistas se fazem sentir entre as massas. Os opositoristas se potenciaram diante do governo de Maduro, justamente porque o nacionalismo e suas reformas se esgotaram.

A crise do chavismo é parte da crise de todas as correntes reformistas pequeno-burguesas, como o lulismo no Brasil, o kirchnerismo na Argentina, o masismo na Bolívia, etc., que são distintas variantes do nacional-reformismo. O chavismo aparece como mais radical porque se constituiu enraizado nas fontes de matérias-primas tão desejadas pelo imperialismo para seu controle. As medidas nacionalizantes limitadas não alcançaram o coração dos monopólios, nem tocaram no capital financeiro, nem na grande propriedade agrária.

Maduro e as Forças Armadas não vão ultrapassar o limitado nacionalismo concebido por Hugo Chávez. Sem que se exproprie o grande capital, estatizem os bancos, nacionalizem as terras e se imponha o controle do comércio exterior, não há como derrotar a ofensiva da reação. Essa é a contradição que provoca a agonia deste país latino-americano capitalista atrasado, apesar de ser riquíssimo em recursos naturais.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2.527, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

**R\$5**

**Adquira com o distribuidor de Massas:**

**A crise na península da Coreia**

**POR** | Partido Operário Revolucionário

**4 MASSAS**



# Desdobramentos da guerra civil na Síria

Desde 20 de janeiro, tropas e aviões turcos realizam a operação “Ramo de Oliveira” contra as Forças Democráticas Sírias, na cidade de Afrim, integradas por grupos curdo-árabes. Uma fração do desmembrado Exército Livre da Síria (grupo armado opositor ao governo de Assad e fartamente apoiado pelo imperialismo na primeira etapa da guerra civil) se colocou sob o comando do interventor estrangeiro para ajudar, assim, a esmagar os curdos.

A Turquia objetiva estender até as fronteiras do Iraque a operação militar para “limpar”, no Sul de suas fronteiras, o movimento curdo, que monta bases territoriais separatistas. Movimento que ameaça se projetar ao interior da Turquia. Por sua vez, as brigadas “peshmergas” das Forças Democráticas Sírias (FDS) e as Unidades de Proteção do Povo Curdo (YPG), braço militar do Partido dos Trabalhadores Curdos (PKK), resistem ao avanço das tropas turcas.

É um objetivo militar da burguesia turca abortar a criação do Curdistão (Terra dos Curdos) entre Iraque, Síria e Turquia. O mesmo objetivo que movimentou as frações da feudal-burguesia iraquiana a invadir o Curdistão iraquiano, quando, em fins do ano passado, o povo curdo pretendeu impor sua autodeterminação nacional via referendo. Ocorre que os curdos mantêm um extenso controle sobre uma ampla faixa territorial do norte da Síria e do Iraque, rica em petróleo.

Esse é um resultado da dilaceração das nações síria e iraquiana em suas diversas frações étnicas e nacionais. O imperialismo vem utilizando os curdos como seu braço armado na guerra contra o Estado Islâmico (EI). Uma vez derrotado e estilizado o EI, os curdos passaram a servir de ponto de apoio aos Estados Unidos para impor uma região “autônoma curda”, que serviria de meio para edificar um enclave norte-americano na região. Isso explica por que os EUA exigiram ao governo turco limitar sua intervenção ao objetivo de derrotar o EI e que não estendesse a invasão além da fronteira sul da Turquia.

Nas últimas semanas, os Estados Unidos criaram a “Força de Segurança de Fronteira” (BSF), composta por 30.000 soldados curdos das SDF e das YPG. Trata-se, dessa forma, de impor a Al Assad e à Rússia, seu aliado, uma região autônoma na Síria, a exemplo do que aconteceu no norte do Iraque, após a invasão norte-americana. No mesmo sentido, se pronunciou o presidente da França, Emmanuel Macron, que advertiu a Turquia que “Se se verificar que esta operação vai além de combater a potencial ameaça terrorista à fronteira turca e se se vier a tornar uma operação de invasão, [então] isso será um problema real para nós”. Acontece que a França vem perdendo posições e influência no Oriente Médio. A parceria com os Estados Unidos serve-lhe para a retomada de seus interesses. Porém, o governo turco advertiu Trump e Macron que não duvidaria em atacar as forças especiais desses países, que ajudam a organizar e treinar

os curdos, se estes se achassem nos locais e territórios onde a Turquia combate seus inimigos.

Soma-se a essa complexa situação a escalada repressiva desfechada por Israel contra posições do exército sírio, acusado de servir de cobertura à movimentação de tropas e milícias iranianas. Recentemente, as defesas antiaéreas da Síria derrubaram um jato israelense (o primeiro em 30 anos) no território libanês.

O essencial da situação está em que, por cima da invasão militar da Turquia na Síria e dos ataques do Estado sionista contra o exército sírio, se acham em choque os interesses das potências imperialistas e das burguesias nacionais do Oriente Médio em torno ao controle das ricas fontes de matérias primas e dos territórios, que servem aos seus interesses econômicos, políticos e geoestratégicos.

A força motriz dessas tendências desagregadoras é o imperialismo, fundamentalmente norte-americano. Esse não duvida em cumprir seus objetivos, ora se utilizando de uma fração burguesa, ora de outra. De forma que os choques que surgem das lutas intestinas das frações burguesas árabes e judias no Oriente Médio servem de instrumento ocasional para o imperialismo proceder à reorganização das fronteiras nacionais, se-

*O essencial da situação está em que, por cima da invasão militar da Turquia na Síria e dos ataques do Estado sionista contra o exército sírio, se acham em choque os interesses das potências imperialistas e das burguesias nacionais do Oriente Médio em torno ao controle das ricas fontes de matérias primas e dos territórios, que servem aos seus interesses econômicos, políticos e geoestratégicos.*

gundo os interesses mais gerais de seus monopólios.

Não será possível às massas sírias, curdas e árabes em geral conquistar a autodeterminação nacional e das nacionalidades oprimidas sem antes derrotar e expulsar o imperialismo. Nesse sentido, a serventia da fração burguesa e de camadas pequeno-burguesas curdas ao imperialismo ergue-se como um obstáculo perante as massas da região para resolver suas diferenças nacionais e impor a autodeterminação nacional.

A tática da Frente Única Antiimperialista se coloca na situação como o instrumento da libertação das nações oprimidas. O que exige que as massas oprimidas superem as formas políticas do obscurantismo religioso e da guerra étnica, avançando assim a sua unidade nacional sob a bandeira da autodeterminação nacional, lutando no mesmo campo contra o intervencionismo. A política revolucionária do proletariado parte da defesa desse princípio e se coloca ao lado da nação oprimida para, assim, avançar na formação de uma vanguarda que ajude as massas a superarem as direções burguesas e pequenas burguesas, empunhando o programa dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

## História do partido bolchevique

### Capítulo 4: 1917, a revolução proletária

#### Primeira parte

## A revolução de fevereiro



Como previram os marxistas, a guerra imperialista tinha de agudizar as contradições entre as classes e dar lugar a uma época de revoluções. A primeira revolução estourou na Rússia, o “elo mais frágil da corrente mundial do capitalismo”. Na sua história da Revolução Russa, Trotsky indica que a revolução de fevereiro “começou desde baixo, vencendo a resistência das próprias organizações revolucionárias; com a particularidade de que esta espontânea iniciativa esteve a cargo da parcela mais oprimida e sofrida do proletariado: as operárias da indústria têxtil”. A greve iniciada em 23 de fevereiro de 1917 por 90 mil

mas, não foi suficiente para colocar imediatamente a direção do movimento revolucionário nas mãos da vanguarda proletária”. As massas criaram instintivamente o soviete como estado maior da revolução, como órgão de poder, contudo, acabaram entregando o poder a “uma burguesia politicamente isolada e desarmada”. Os mencheviques e os socialistas revolucionários deram seu voto de confiança à burguesia, que por ela mesma não tinha nenhum apoio das massas. O que expressava o caráter de classe desses partidos: a pequena burguesia não tem programa próprio.



operárias e operários se espalhou de maneira tal que, no dia seguinte, metade dos operários de Petrogrado já havia se juntado a ela aos gritos de “pão”, “Abaixo a autocracia” e “Abaixo a guerra”

A greve se combinou com manifestações de rua, levando as massas a se chocarem diretamente com as tropas repressivas. As massas se armaram, saquearam delegacias, conquistaram frações do exército e terminaram encurralando a monarquia. As organizações haviam sido enfraquecidas pela repressão, o partido bolchevique padecia da dispersão dos quadros que haviam sido temperados em 1905. A experiência assimilada pelos operários foi suficiente para “assegurar a vitória da insurreição,

#### Lênin no exílio, as Cartas de Longe

Lênin estava na Suíça, exilado há anos, quando recebeu a notícia da revolução de fevereiro, a abdicação do Czar e a formação do novo governo. Imediatamente, redigiu e enviou o “Projeto de Tese”, em que explicava a posição que devia tomar o partido, de não confiar, nem dar nenhum apoio ao novo governo. “O novo governo que tomou o poder em Petrogrado, ou mais corretamente, que o arrancou do proletariado, que travou uma vitoriosa luta, heroica e cruenta, se compõe de burgueses liberais e latifundiários, que têm seus interesses atendidos por Kerensky, representante dos camponeses democráticos, e, provavelmente, desses operários, que esqueceram seu internacionalismo e foram atraídos para o campo burguês. O novo governo foi formado por partidários e defensores declarados da guerra imperialista com Alemanha, isto é, uma guerra em aliança com os governos imperialistas da Inglaterra e da França, uma guerra pelo saque e conquista de territórios estrangeiros: Armênia, Galitzia, Constantinopla, etc.”

Lênin assinala que o novo governo será incapaz de garantir a paz na medida em que “mantém em segredo os tratados rapinas assinados pelo czarismo com Inglaterra, França, Itália, Japão, etc. Quer esconder do povo a verdade sobre seu programa bélico e o fato de que está a favor da continuidade da guerra até a vitória sobre Alemanha ... Somente um governo operário, que se apoia, primeiro, na esmagadora maioria da população camponesa, nos trabalhadores agrícolas e nos camponeses pobres, e,



segundo, em uma aliança com os operários revolucionários de todos os países em guerra, poderá dar ao povo paz, pão e plena liberdade”.

Adverte que não se deve compor nenhum bloco ou aliança com outros partidos, na medida em que todos passaram ao “defensivo revolucionário”, isto é, são pela continuidade da guerra imperialista sob a fraseologia de defesa da pátria e da revolução.



Conclui que o proletariado não pode considerar a revolução de fevereiro mais do que uma conquista inicial, que é necessário desenvolver os soviets e armar os operários para garantir a vitória total na próxima etapa da revolução e que “o poder passe para as mãos de um o governo operário”.

Nos dias seguintes, em março, redigiu as famosas “Cartas de Longe”, cinco cartas (a última inconclusa), nas quais foi precisando a linha que devia adotar o partido. Na primeira carta, intitulada “**A primeira etapa da primeira revolução**”, colocava que “a primeira revolução engendrada pela guerra imperialista mundial, estourou. A primeira revolução, mas não a última evidentemente”. Nela, Lênin defende que a guerra imperialista não podia mais do que acelerar e acirrar a luta de classes do proletariado contra a burguesia, transformando-se em guerra civil, e que a revolução de fevereiro foi expressão disso.

Considera que, em virtude das tentativas de pactuar uma paz em separado entre Alemanha e Rússia, os imperialistas ingleses e franceses estavam interessados em depor o Czar, para impedir esse acordo. Dessa maneira, explica que “se a revolução triunfou tão rápida e radicalmente, isso se deve ao fato de que, como resultado de uma situação histórica extremamente original, se juntaram de forma assombrosamente ‘harmônica’ correntes absolutamente diferentes, interesses de classe absolutamente heterogêneos, aspirações políticas e sociais absolutamente opostas. Isto é, a conspiração dos imperialistas anglo-franceses, que empurraram Miliukov (fundador do partido Kadete, ministro de relações internacionais), Guchkov (presidente do Partido Outubrista, ministro da defesa) e companhia a tomar o poder para continuar a guerra imperialista com o objetivo de conduzi-la ainda com maior firmeza, com o objetivo de assassinar outros milhões de operários e camponeses russos, para que os Guchkovs pudessem se apoderar de Constantinopla, os capitalistas franceses da Síria, os capitalistas ingleses da Mesopotâmia, etc. Isto por um lado. E, por outro lado, havia um grandioso movimento popular proletário e de massas de caráter revolucionário por pão, paz e verdadeira Liberdade”.

O movimento das massas produziu outro governo, um governo “não oficial, ainda não desenvolvido e relativamente débil governo operário, que expressava os interesses do proletariado e de todos os setores pobres da população urbana e rural. Este governo é o *soviets de deputados operários* de Petrogrado”. Lênin combate aqueles que apoiam o novo governo em nome da luta contra a reação czarista, considerando que é uma traição ao pro-



*O movimento das massas produziu outro governo, um governo “não oficial, ainda não desenvolvido e relativamente débil governo operário, que expressava os interesses do proletariado e de todos os setores pobres da população urbana e rural. Este governo é o soviets de deputados operários de Petrogrado”. Lênin combate aqueles que apoiam o novo governo em nome da luta contra a reação czarista, considerando que é uma traição ao proletariado na medida em que o novo governo está amarrado de pés e mãos ao capital imperialista e à guerra de rapina.*

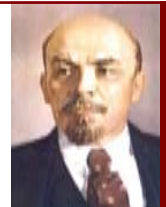
letariado na medida em que o novo governo está amarrado de pés e mãos ao capital imperialista e à guerra de rapina.

A partir desta carta, Lênin começou a sua luta para abandonar a estratégia da “ditadura democrática e revolucionária dos operários e camponeses” e combater as análises esquemáticas da revolução: “Nossa revolução é uma revolução burguesa, portanto, os operários devem apoiar a burguesia, diziam os Potrésov, os Gvózdiev e os Chejeídze, como já havia dito Plekanov. A nossa é uma revolução burguesa, afirmamos nós os marxistas, portanto, os operários devem abrir os olhos do povo para que vejam o engano dos politikeiros burgueses, ensiná-los a não acreditar nas palavras, a confiar unicamente em suas próprias forças, em sua própria organização, em sua própria união, em suas próprias armas .... O capital russo não é mais do que um ramo do negócio internacional que maneja centenas de milhões de rublos e que se chama Inglaterra e França”. Desta forma, Lênin chegava à mesma conclusão a que tinha chegado Trotsky em suas teses da revolução permanente, isto é, que na história não há mais lugar para as revoluções democrático-burguesas dirigidas pela burguesia, e que era necessário lutar pela ditadura do proletariado para começar a resolver as tarefas da revolução burguesa.



## Apontamentos sobre a História do Bolchevismo

### A criação do Jornal Vperiod (“Adiante”) como parte da luta pela III Congresso da Socialdemocracia Russa



O controle dos órgãos de direção pela minoria (mencheviques), que havia sido derrotada no II Congresso, e a renúncia forçada de Lênin do Comitê de Redação do jornal Iskra deixou a maioria (bolcheviques) desarmada organizativamente. A luta pela realização do III Congresso exigiu resolver essa questão. Lênin reúne seus camaradas em Genebra, em 23 de novembro de 1904, para fundar um novo jornal. Chamar-se-ia Vperiod (“Adiante”). O objetivo era o de travar o combate contra o divisionismo da minoria, que a partir do jornal Iskra sabotava a realização do III Congresso.

Em sua “Carta aos Camaradas”, Lênin explica a decisão: *“A publicação de um jornal do partido dedicado a defender e desenvolver os princípios da maioria contra a discórdia em matéria de organização e de tática, introduzida no partido pela minoria, e a serviço das necessidades do trabalho construtivo das organizações da Rússia, contra os agentes da minoria que, agora, travam uma furiosa luta, quase por todo o país, luta que desorganiza terrivelmente o partido no momento histórico tão importante como o atual, e que é levada inteiramente por meio dos mais desavergonhados métodos e procedimentos divisionistas (...)”*.

Lênin chama a militância a enfrentar o controle do aparato partidário pela minoria e se organizar para derrotá-la com os métodos e princípios partidários opostos ao “espírito de círculo”. Assinala que durante um ano os bolcheviques fizeram enormes esforços para encontrar um caminho que levasse à superação da cisão, mas que agora não havia outra saída senão recorrer à organização dos bolcheviques. Para isso, é necessário a criação de um jornal.

Em tom de uma correspondência, Lênin conclama: *“Apelamos, agora, a todos os camaradas, para que nos prestem todo o apoio que possam. Dirigiremos nosso órgão como um órgão do movimento no interior da Rússia, e, de modo algum, de um círculo do estrangeiro. Para isso, necessitamos, antes de mais nada, o mais enérgico apoio “literário” ou, mais exatamente, a participação literária vinda da Rússia. Sublinho e coloco entre aspas a palavra “literário” para chamar a atenção desde o início para o seu sentido especial e precaver contra um conceito errôneo muito frequente e tremendamente prejudicial para o trabalho. É o conceito segundo o qual somente os escritores (no sentido profissional da palavra) podem colaborar com êxito em um jornal. Pelo contrário, este será um órgão vivo e vital quando a cada cinco escritores destacados que trabalhem na redação e colaborem com regularidade nele, haja quinhentos ou cinco mil colaboradores do jornal que não sejam escritores. Um dos defeitos da velha Iskra do qual sempre procurei me livrar (e que se desenvolveu até alcançar proporções monstruosas na nova Iskra) consistia em que se colaborava muito pouco com ela aí da Rússia. Tudo que recebíamos daí publicávamos quase sem exceção. Um órgão inteiramente vivo deve publicar somente a décima parte de que recebe, e utilizar o restante como material de informação e orientação para os encarregados de redigir o jornal. É, portanto, necessário que mantenham correspondência conosco o maior número possível de militantes do partido; uma correspondência no sentido corrente e não jornalístico da palavra”*.

Lênin continua a explicar o novo sentido que deveria ter o jornal Vperiod: *“O isolamento da Rússia e a atmosfera do maldito pântano da emigração nos oprime de tal modo aqui, que nossa única salvação possível é o contato vivo com a Rússia. Que não esqueçam aqueles que desejam, nos fatos, e não em palavras, considerar nosso jornal como órgão de toda “maioria” da massa de militantes da Rússia (e fazer com que realmente assim seja). E todo aquele que considere esse órgão como sendo seu e tenha consciência de seus deveres de membro do partido socialdemocrata deve superar, de uma vez por todas, o hábito burguês de pensar e de trabalhar como é usual a respeito dos jornais legais, o hábito de sentir assim: eles têm a obrigação de escrever e nós de ler. Todos os revolucionários devem trabalhar para um jornal marxista. Pedimos a todos que nos enviem correspondências e, especialmente, aos operários. É preciso dar aos operários a mais ampla possibilidade de escrever para nosso jornal, de escrever decididamente acerca de tudo, de escrever sobre tudo que diga respeito a sua vida cotidiana, de seu trabalho e daquilo que lhes interessa; um jornal socialdemocrata que não contenha materiais desse tipo não valerá de nada, nem merecerá esse nome. E pedimos, além disso, que nos escrevam cartas, não para serem publicadas como colaborações, mas no sentido de intercâmbio de camaradas com a redação e para manter esta informada não somente sobre os fatos e acontecimentos, mas também sobre o estado de ânimo predominante e os detalhes da vida diária “carentes de interesse”, das coisas monótonas e rotineiras que são a outra face do movimento. Quem não residiu no estrangeiro não pode se dar conta de quanto são necessárias tais cartas (...). Escrevemos sobre as discussões nos círculos operários do caráter destas discussões, dos temas tratados, das perguntas que fazem os operários; sobre a situação do trabalho de propaganda e agitação, dos vínculos com as massas em geral, com os soldados e com os jovens; escrevamos sobre tudo que diz respeito ao descontentamento que os operários manifestam diante de nós, dos socialdemocratas, acerca de suas inquietações, suas aspirações, seus protestos, etc. São especialmente interessantes, agora, os problemas referentes à organização prática do trabalho, e não há outro meio de torná-lo conhecido da redação a não ser pelo envio de cartas vivas, não de caráter jornalístico, mas simplesmente entre camaradas; é certo que nem todo mundo tem disposição de escrever, nem sabe fazê-lo, mas... não digam “não sei”, mas sim “não quero”; quando se quer, sempre é possível encontrar, em qualquer círculo, em qualquer grupo, inclusive nos mais pequenos e de menor importância (...), um ou dois camaradas capazes de escrever”*.

Lênin pede encarecidamente que a sua carta seja lida nas reuniões, com maior amplitude possível, e que a militância responda avaliando como os operários receberam o chamado de criação do jornal. Em rápidas palavras, conclui: *“Somos céticos a respeito da ideia de publicar separadamente um órgão operário (“popular”) e um órgão intelectual orientador, desejariamos que o jornal socialdemocrata fosse o órgão de todo o movimento, que o jornal operário e o jornal socialdemocrata se fundissem em um órgão único. E isso somente pode se conseguir se contamos com o mais ativo apoio da classe operária”*.

(As citações foram extraídas da Obras Completas, Lênin, tomo VII, Akal Editor)